



DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Quarta-feira - 13 de julho de 2016

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS - 2016

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB - PTdoB - PROS - PR - PCdoB)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Arnaldo Silva Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela Deputada Rosângela Reis

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vitor Xavier

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PPS- PEN - PTC - PHS - PSC - PSD - REDE)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	

LIDERANÇA DO PSB	
Líder	Deputado Wander Borges
Vice-Líder	Deputado

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro

**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 4h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado	BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Paulo Lamac	REDE	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	



Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Paulo Lamac	REDE
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV – BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Tadeu Marins Leite	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Elismar Prado	Sem partido	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	Sem partido	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PSB	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Elismar Prado	Sem partido	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PSB	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	



Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado	PT – BMM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Paulo Lamac	REDE	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado	PCdoB – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB – BVC	
Deputado	BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	REDE	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado	PT – BMM	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		



Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado	BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado	BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB – BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	



Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado	PMDB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	Vice-Presidente
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputada Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		



Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC
Deputada	PT – BMM
Deputado Emidinho Madeira	PSB
Deputado	PCdoB – BMM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PSB	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	



Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG
Deputado Rogério Correia	PT – BMM
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 26ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear o Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pelos 30 anos de sua fundação
- 1.2 – 16ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.3 – 17ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATA



ATAS

ATA DA 26ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2016

Presidência do Deputado Léo Portela

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Sargento Rodrigues – Entrega de Placa – Palavras do Cabo Álvaro Rodrigues Coelho – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Léo Portela – Sargento Rodrigues.

Abertura

O presidente (deputado Léo Portela) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.



Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pelos 30 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Eloísio do Carmo Lourenço, prefeito de Poços de Caldas; o Cb. Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; o Cb. José Ferreira da Silva, vice-presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; o Ten. Macedo, presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares de Barbacena e região; e o deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Sexteto de Metais da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre o Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Sargento Rodrigues

Exmo. Sr. Presidente, deputado Léo Portela, meu colega, a quem cumprimento com muita satisfação, neste momento representante do presidente da Assembleia, deputado Adalclever Lopes, na pessoa do Cb. Álvaro Rodrigues Coelho e de todos os cabos e soldados do Centro Social da Polícia Militar, quero agradecer-lhe por ter atendido ao nosso convite para presidir esta sessão solene.

Meu prezado companheiro de lutas e de tantos embates, acho que esta seria a melhor referência que faço ao Cb. Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar; ilustre Cb. José Ferreira da Silva, Ferreirinha, vice-presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar; dileto ilustre Eloísio do Carmo Lourenço, prefeito de Poços de Caldas – com orgulho, tomei conhecimento que ele é filho também de um cabo da Polícia Militar de Minas Gerais; Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras, boa noite.

Quero cumprimentar, de forma especial, além do nosso presidente Cb. Coelho, todos os cabos e soldados da Polícia Militar, ou melhor, os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar que se fazem presentes hoje, bem como os seus familiares, esposas, filhos, pais e mães, que vieram prestigiar esta reunião especial. Em especial, cumprimento também o Cb. Álvaro Rodrigues Coelho, mais conhecido como Cb. Coelho, presidente da entidade de classe homenageada esta noite; e ainda todos que nos acompanham pela TV Assembleia. Gostaria, inclusive, de enaltecer, presidente Léo Portela, que o Cb. Coelho foi submetido às urnas, no dia 2 de julho, e reconduzido ao cargo de presidente com quase noventa por cento dos votos válidos, uma demonstração clara da sua liderança e competência à frente dessa instituição.

A reunião especial em homenagem aos 30 anos do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais justifica-se pelo exímio serviço prestado à família policial e bombeiro militar, ao longo



desses anos, pois trabalha para garantir a qualidade de vida, a dignidade e a justiça social que a família militar merece e sempre mereceu.

Lembro-me do distante ano de 1985, quando dos primeiros passos dados por um pequeno grupo de soldados e cabos da Polícia Militar de Minas Gerais, que ousaram criar uma associação para a defesa e o lazer da sua classe. Eu tinha um ano de polícia quando tomei conhecimento que os bravos e valorosos soldados e cabos, idealizadores daquele até então sonho, haviam sido sumariamente presos e levados para o xadrez localizado no Regimento de Cavalaria. As reuniões às escondidas daquele grupo de policiais militares, com o objetivo de criar uma associação de sua classe, foi o bastante para motivar prisões e transferências para distantes municípios de suas famílias.

Já em 1986, depois de muitas perseguições, esses valorosos policiais conseguiram criar o então Clube de Cabos e Soldados. Junto a eles, tive a honra de ser um dos primeiros associados. Era um tempo muito difícil para as praças da Polícia Militar de Minas Gerais. Vivíamos sob a égide de um regulamento arcaico e draconiano, que reproduziu, ao longo de quase dois séculos, um ambiente hostil, segregador e de muita repressão no interior dos quartéis.

O famigerado amarelinho, como era conhecido o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Minas Gerais – RDPM-MG –, especialmente pelos praças, trazia em seu texto punições disciplinares do período escravocrata. Nessa época, os destemidos soldados e cabos ergueram sua voz em busca de sua organização para lutar pelos seus direitos e também oferecer um mínimo de amparo jurídico e social a suas famílias.

O Clube dos Cabos e Soldados reafirmou a sua história e sua razão de existência quando, no dia 14 de junho de 1997, reuniu cerca de 8 mil praças em sua sede do Bairro Nova Gameleira para traçar novas estratégias, depois da nossa histórica e heroica caminhada do dia 13 de junho de 1997. Foi exatamente do interior da sede do Clube dos Cabos, em junho de 1997, que demos os primeiros passos em busca da cidadania e da dignidade. Até então éramos órfãos desses iminentes direitos naturais do ser humano.

Lembro-me como se fosse hoje – o meu ilustre presidente Cb. Coelho se encontrava lá naquele dia – de um soldado do Corpo de Bombeiros, fardado, com a gandola de manga comprida, bradar do meio daquela multidão, em alto e bom som a seguinte frase: “É Minas na vanguarda do Brasil!”. Uma trincheira dos nossos praças, é assim que vejo o Centro Social dos Cabos e Soldados da PMMG e do CBMMG. Essa associação tem como principal objetivo a luta de classe na defesa intransigente dos direitos que foram adquiridos com muita luta, suor e lágrimas de nossos bravos cabos e soldados.

Hoje, com mais de 18 mil associados, o Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar de Minas Gerais alcançou expressiva representatividade, realizando uma gestão transparente e ética de responsabilidade e conscientização política na instituição militar, visando à união da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para melhor organização da política no Estado.

A entidade de classe cumpre com suas finalidades estatutárias, dentre as quais destacam-se: disponibilização de completa assessoria jurídica aos associados da capital e do interior do Estado; atuação no setor turístico, com pousadas que recebem a família militar a preços subsidiados; posse e manutenção do maior e melhor hotel de trânsito do Estado, localizado em Belo Horizonte, no qual alojam militares e seus respectivos familiares oriundos do interior, que necessitam permanecer na capital para tratamento de saúde ou para resolução de problemas judiciais ou administrativos. Indiscutivelmente, o Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar de Minas Gerais também exerce a representatividade dos militares perante o governo, estando à frente de lutas e reivindicações, visando à conquista de todos os objetivos da família militar, tais como melhores condições de trabalho e reivindicações salariais.

Mas seus objetivos não se resumem a apenas isso. Buscar a paz social, contribuir para a prevenção do uso das drogas, minimizar a exposição de crianças e adolescentes carentes aos riscos sociais, despertar nessas crianças e adolescentes compromissos com a escola, com a cidadania, com a família e com o seu próprio futuro também são prioridades encampadas pelo Clube dos Cabos e Soldados.



O Cb. Coelho idealizou, implantou e mantém já há oito anos, na sede do Clube, um trabalho social denominado Educação + Esporte = Cidadania. Esse trabalho voltado para as crianças e adolescentes carentes oriundos de aglomerados, como Nova Cintra, Morro das Pedras, Cabana do Pai Tomás – onde este deputado morou por quase 20 anos; Vila Oeste e tantas outras favelas e vilas da região oeste de Belo Horizonte.

Fazemos destacar nessa equipe, o Sgt. Alberto e o Sgt. Tarcísio, ambos diretores de esportes do clube; o Sgt. Both, do BPE, responsável por ensinar capoeira aos discentes; a Ângela, assistente social do Centro Social de Cabos e Soldados, que dedica seu carinho e atenção tanto àquelas crianças e adolescentes quanto às suas famílias em momentos cruciais; o Dimas, que, além de treinador de base de futebol do meu querido Cruzeiro, também ensina os fundamentos do futebol àqueles meninos carentes. Nos nomes desses colaboradores, parabeno os demais integrantes desse audacioso projeto social; afinal, são atendidos, por ano, cerca de 600 crianças e adolescentes. Hoje, ilustre presidente e companheiro Cb. Coelho, já são atendidos cerca de 5 mil crianças e adolescentes por esse projeto social.

Abro um parêntese e deixo de ler o meu discurso escrito para render as minhas homenagens ao seu trabalho, ao trabalho do vice-presidente Ferreirinha e das 40 regionais e seus diretores, cuja maioria se faz presente neste ato. Vocês estão de parabéns por terem abraçado esse projeto social. Continue assim, meu companheiro Cb. Coelho. Nós, que moramos na periferia por muito tempo, sabemos o que significa isso. Sabemos o que é um projeto, uma instituição, estender as mãos para uma família de condição social mais humilde. Sabemos o que é isso, pois moramos na periferia por muito tempo.

Encerro a minha fala enaltecendo o sucesso do Centro Social dos Cabos e Soldados, na pessoa do companheiro Cb. Álvaro Coelho Rodrigues pelo belíssimo trabalho desenvolvido à frente dessa entidade. Assim como este deputado, ele foi expulso da Polícia Militar em 1997, quando iniciamos a realização do sonho de um futuro melhor para nossa classe.

Cb. Coelho, meu dileto companheiro de longas lutas, desejo-lhe muita luz e energia para continuar conduzindo com firmeza, destemor e, acima de tudo, muita responsabilidade, os rumos do Centro Social dos Cabos e Soldados da PMMG e do CBMMG. Parabéns pelos seus 30 anos. Eu também faço parte desse projeto. Um abraço.

Entrega de Placa

O locutor – O deputado Léo Portela, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, e o deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, farão agora a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Cb. Álvaro Rodrigues Coelho. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “De espaço para lazer dos profissionais de segurança pública a maior associação militar do Estado. Assim é o Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que, além de clubes e pousadas em vários municípios, oferece a seus milhares de associados e suas famílias estrutura completa de auxílio nas mais diversas áreas. Hotéis de trânsito e casas de apoio hospedam aqueles que precisam resolver problemas ou se submeter a tratamento de saúde fora da cidade onde moram. Ao disponibilizar, ainda, assessoria jurídica a seus membros e promover sua formação política e cidadã, a associação se faz cada vez mais importante na defesa dos interesses desses trabalhadores, tão necessários a toda a sociedade. Reconhecendo a relevância do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais em prol dessas categorias, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta a ele justa homenagem pelos 30 anos de sua fundação”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Cabo Álvaro Rodrigues Coelho

Exmos. Srs. Deputado Léo Portela; Deputado Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa; Eloísio do Carmo Lourenço, prefeito de Poços de Caldas – é com muita gratidão que o recebemos nesta homenagem, e que nossos companheiros possam contar com o seu apoio naquela cidade; meu companheiro Ferreirinha, vice-presidente do Centro Social de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, homem que esteve do nosso lado na luta



que empreendemos no decorrer deste ano. Não poderia me esquecer do companheiro Ten. Macedo, presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares de Barbacena e Região, que nos apoiou quando precisamos dele.

Companheiros do Centro Social de Cabos e Soldados, aqui estamos para agradecer. Estivemos muitas vezes nesta Casa reivindicando aquilo que sabíamos de direito da nossa categoria. Esperamos 30 anos para sermos homenageados, mas, como o senhor mesmo disse, o Centro Social de Cabos e Soldados, a maior associação do nosso estado está aqui para agradecer o reconhecimento, pois temos de dar honra a quem nos dá honra. Portanto, deputado, estamos agradecidos ao senhor.

O que fez a associação crescer foram os seus integrantes, os seus diretores, esse público maravilhoso que está aqui de trabalhadores, funcionários do centro social, que executam seu trabalho auxiliando a família policial militar no seu dia a dia.

Agradecemos ao departamento jurídico, aqui presente, que faz com que a associação seja reconhecida por meio das defesas judiciais em nosso estado. Agradecemos a cada um dos diretores, e não vou correr o risco de citar nomes e deixar um guerreiro para trás. Todos os diretores do Centro Social de Cabos e Soldados estão de parabéns pela luta, iniciada desde 14/5/1986, quando aqueles cabos deram o pontapé inicial, dando início à trajetória de nossa associação.

Deputado, hoje estamos fazendo história, e, daqui a 30 anos, outros assistirão a este filme e dirão que o Centro Social de Cabos e Soldados é maior que nós todos juntos. O Centro Social de Cabos e Soldados sempre estará na defesa da família policial militar, do Corpo de Bombeiros Militar e de toda a segurança pública do Estado de Minas Gerais.

Deputado, não posso me esquecer de 1997, mas eu já o conhecia antes dessa data, mesmo não sendo seu amigo, pois o senhor trabalhava na Rotam. Quando o senhor arriscou um pleito para sair candidato a vereador, eu estava ali, no Sesc, próximo do 1º Batalhão, e o deputado chegou para conversar com os policiais militares. Era um tempo de muita turbulência, e eu me lembro do deputado e de seu fiel escudeiro, o Sgt. Milton. Nós saímos cansados daquele turno de serviço – eu trabalhava no Tático Móvel –, e hoje me recordo, sentido, de ter prestado pouca atenção àquilo que o deputado falou. Ele nos dizia que precisávamos ter uma representatividade para reivindicarmos nossos direitos. Portanto, o deputado tem uma passagem de luta anterior a 1997, e eu sou testemunha disso, sou testemunha do interesse que ele tem pela Polícia Militar, pelo Corpo de Bombeiros e pela segurança pública que hoje, nesta Casa, exerce um trabalho magnífico em defesa de todo o povo mineiro.

Nós do Centro Social jamais poderemos ser ingratos com aquele que se lembrou de nós nesta Casa. Somos, estamos e seremos cada vez mais fortes. No Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar vamos passar, mas ele continuará cada vez mais forte. Muito obrigado, deputado, e muito obrigado a todos os senhores que estão nesta Casa e vieram aqui mostrar do que são capazes para defender a categoria da polícia e do bombeiro militar e de toda a segurança pública de nosso estado. Muito obrigado a todos.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. Deputado Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, meu amigo, meu irmão, exemplo e referencial de coragem, de honradez, de coerência, de ética no Parlamento mineiro, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmo. Sr. Eloísio do Carmo Lourenço, prefeito de Poços de Caldas; Cb. Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, combativo e abnegado, campeão de votos; Ten. Macedo, presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares de Barbacena, Cb. José Ferreira da Silva, vice-presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; senhoras e senhores. Muito boa noite a todos. Foi com muita honra que recebi o convite do deputado Sargento Rodrigues e do nosso presidente Adalclever Lopes para presidir esta reunião. Para mim, é motivo de alegria e de honra.

Em nome do presidente Adalclever Lopes, leio o discurso que ele deixou reservado para a homenagem desta noite. (– Lê:–) “É com alegria que nos reunimos aqui para comemorar os trinta anos de existência do Centro Social dos Cabos e

Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, a maior associação militar do Estado. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais são a garantia de segurança do cidadão, praticada com firmeza e cordialidade, dentro dos princípios da justiça e da legalidade.

Dentro dessas corporações, cabos e soldados são fundamentais para a preservação da ordem pública, da segurança e do Estado Democrático de Direito. Assim, nada mais justo que esses leais servidores pudessem contar, a partir de 14 de maio de 1986, com o centro social, criado, entre outros propósitos, para proporcionar opções de lazer, esporte e turismo aos associados e a seus dependentes. Atualmente, as famílias do policial e do bombeiro militar contam com 18 clubes de lazer, 27 escritórios jurídicos e 42 regionais no Estado, entre outros benefícios.

Nesta noite especial, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em nome de todos os mineiros, parabeniza o presidente, o Cb. Álvaro Rodrigues Coelho, e os mais de 18 mil associados do centro social, motivo de orgulho para a tropa militar, que serve a Minas com dedicação e consciência”. Muito obrigado a todos.

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos agora o Sexteto de Metais da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, que apresentará as seguintes músicas: *Gonna Fly Now*, tema do filme *Rocky*, e o *Segundo Movimento do Concerto de Aranjuez*, de Joaquin Rodrigo.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 12, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 12/7/2016.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/7/2016

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; recebimento da Mensagem nº 170/2016 (solicitando a retirada do regime de urgência atribuído à tramitação do Projeto de Lei nº 3.510/2016), do governador do Estado; Palavras do Presidente – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Gustavo Corrêa, aprovação – Requerimento do deputado Sargento Rodrigues; aprovação – Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.997; discursos dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Bonifácio Mourão e Felipe Attiê; encerramento da discussão; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; Questão de Ordem; discurso do deputado Gustavo Valadares; votação nominal do veto ao art. 7º; manutenção – Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.433/2015; renovação da votação nominal; aprovação – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.004/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.371/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015; não apreciação da proposição – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.853/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.223/2015; votação nominal do Substitutivo nº 2, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 e da Emenda nº 1; votação nominal da Emenda nº 2; rejeição – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.905/2015; aprovação com a Emenda nº 1 – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.258/2016; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2015; aprovação com as Emendas nos 1 a 5 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 779/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.194/2016; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 437/2015; Questão de Ordem; apresentação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo



emenda e subemenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1, salvo subemenda; aprovação; votação nominal da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.087/2015; apresentação da Emenda nº 1; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.099/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.584/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.566/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.409/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.786/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.755/2015; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 255/2015; não apreciação da proposição – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 257/2015; não apreciação da proposição – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.096/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.231/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.267/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.635/2015; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.177/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.191/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.227/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.673/2015; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.856/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.055/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Prorrogação da Reunião – Declarações de Voto – Questão de Ordem – Declaração de Voto – Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**Ata**

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

– Vêm à Mesa:

ACORDO DE LÍDERES

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os deputados que este subscrevem, representando a totalidade dos membros do Colégio de Líderes, deliberam seja recebida nesta 16ª Reunião Extraordinária a Mensagem nº 170/2016, do governador do Estado, solicitando a retirada do regime de urgência atribuído à tramitação do Projeto de Lei nº 3.510/2016, que extingue a Fundação Rural Mineira – Ruralminas – e dá outras providências

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2016.

Rogério Correia, Líder do BMM

Gustavo Corrêa, Líder do BVC

Agostinho Patrus Filho, Líder do BCMG

Wander Borges, Líder do PSB

Vanderlei Miranda, Líder da Maioria

Gustavo Valadares, Líder da Minoria

Decisão da Presidência

A presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 6 de julho de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

– O deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, nas funções de 1º-secretário, lê a Mensagem nº 170/2016, que foi publicada na edição do dia 7/7/2016.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que, em virtude do recebimento, nesta 16ª Reunião Extraordinária, da Mensagem nº 170/2016, do governador do Estado, solicitando a retirada do regime de urgência atribuído à tramitação do Projeto de Lei nº 3.510/2016, que extingue a Fundação Rural Mineira – Ruralminas – e dá outras providências, o referido projeto volta a tramitar nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno, mantidos os atos processuais praticados até o momento, e será encaminhado à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer.

A presidência informa ainda que, com a referida retirada, o Projeto de Lei nº 3.509/2016, que aguardava o acolhimento de acordo de líderes para tramitar em regime de urgência nos termos do § 2º do art. 272 do Regimento Interno, em virtude da solicitação do governador do Estado contida na Mensagem nº 152/2016, passa a tramitar nesse regime, nos termos do § 1º do mesmo artigo do diploma procedimental.



2ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.542/2016 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.751/2015 seja apreciado em primeiro lugar, dentre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.997, que dispõe sobre a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica, bem como social pelo Estado aos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876 e dá outras providências. Continua em discussão o veto. Com a palavra, para discutir, o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito bom dia Sr. Presidente, Srs. Deputados e servidores da nossa querida Uemg. Parabéns à nossa Ruralminas. A nossa audiência pública foi muito boa e faremos outros encaminhamentos para o mês de agosto.

Caríssimos amigos e amigas da TV Assembleia, venho, mais uma vez, a esta tribuna, defender a nossa Uemg. Peço licença aos parlamentares e peço-lhes que façam conosco uma reflexão. Este Plenário já aprovou emenda de nossa autoria, no bojo desse projeto de lei, demonstrando o reconhecimento de sua legalidade. Tínhamos certeza de que teríamos sucesso, mas, lamentavelmente, o governador vetou a emenda. E as razões do veto estão muito distantes da realidade.

Em decorrência do veto, nomeou-se uma comissão especial para discuti-lo. A comissão perdeu prazo para emitir o parecer, vindo o seu relator, deputado Durval Ângelo, a emitir o parecer no Plenário.

Estamos aqui, meus amigos, minhas amigas, acompanhando a questão desde ontem, procurando levantar a nossa bandeira em favor dessa grande universidade, que é patrimônio dos mineiros. Há poucos dias, na própria Comissão de Constituição e Justiça, fizemos a defesa dessa universidade, que hoje representa, para o povo mineiro e para o Brasil, um exemplo de seriedade, como uma sementeira da educação.

Hoje estamos aqui para aprovar ou rejeitar o relatório apresentado. Acho importante fazermos algumas reflexões porque o próprio governador alegou, como razões do veto, o impacto financeiro. Mas espero que o veto seja derrubado nesta reunião extraordinária.

Quero destacar ainda os 178 professores fundadores da Uemg, concursados desde 1976, que, com certeza, contarão com o apoio dos caríssimos pares. Já demos uma demonstração inequívoca disso; 37 parlamentares entenderam a proposição, garantindo a todos os valorosos professores da Uemg o direito à sua permanência, à sua estabilidade. Isso não se confunde com a Lei nº 100, como vamos esclarecer a todos. Não estamos aqui para enganar ninguém. O que queremos é traduzir o direito, a legalidade e a constitucionalidade da emenda apresentada, tanto é verdade que foi aprovada por esta Casa.

Em primeiro lugar, não existe impacto financeiro. Logicamente, não poderíamos apresentar emenda com impacto financeiro nas contas públicas. Analisamos bem a matéria, discutimos com a nossa assessoria, com os parlamentares do nosso bloco, com a participação daqueles que conhecem a vida da nossa Uemg. Buscamos o entendimento antes mesmo da apresentação da emenda e não conseguimos, razão pela qual a Assembleia entendeu direito dos servidores da Uemg a aprovação da emenda. Seria uma incoerência muito grande esta Casa ter acolhido a emenda e agora dizer um “sim”, fazendo a vontade do governador.



A efetivação dos professores da Uemg se ampara na legalidade, conforme estudo do Executivo e, sobretudo, dos parlamentares e da assessoria. Os professores foram aprovados em concurso, e os editais, publicados no diário oficial. Todos foram aprovados dentro da legalidade, da transparência e da juridicidade. Tendo em vista a especificidade da condição dos professores da Uemg, não procede a argumentação do parecer do veto. E cada deputado recebeu isso, para, pelo menos, posicionar-se e esclarecer essas questões. A situação do grupo específico de professores da Uemg é a única do Estado de Minas Gerais, não abre precedentes a ninguém. Então, quando se fala em manter o veto ou derrubá-lo, como todos estão indagando, temos de dizer “não” ao veto e garantir os direitos líquidos e certos de cada um.

A Uemg foi criada há 26 anos com o trabalho ininterrupto dos professores na precária estrutura, mas formando milhares de alunos. A instituição está espalhada por todo o Estado de Minas Gerais: em Araxá, Passos, Frutal, Poços de Caldas e em tantas cidades. Os deputados conhecem muito bem a vida da Uemg no dia a dia e são seus defensores. Há muito tempo fizemos até uma frente parlamentar em defesa dela e pelo seu fortalecimento, não é agora que vamos voltar atrás. Não podemos fazer isso. Temos de cumprir nossa responsabilidade, sem ranço, sem nada. É uma atitude que buscamos na razoabilidade de cada um, porque todos aqueles que puderam trazer seu voto aqui o fizeram em respeito aos servidores e a essa universidade. Não podemos aceitar as razões que o governador manda para esta casa, como se desconhecesse tudo, rasgando a história dos servidores dessa instituição.

O deputado Cássio Soares (em aparte)* – Bom dia, meus caros amigos e amigas. Parabenizo o deputado Dalmo Ribeiro pelo seu pronunciamento em defesa dessa importante instituição mineira.

Quero dizer, meu caro deputado Dalmo e presidente Adalclever, que estamos estudando formas de propor ao governo, neste momento em que a mineração está sendo questionada, em que as taxas estão sendo cobradas da atividade minerária, a destinação de um percentual – diante desses eventuais acréscimos de contribuição pela exploração minerária – para os cofres do Estado com a finalidade de custeio e investimento na nossa Universidade do Estado de Minas Gerais. É fundamental que a nossa universidade, que passou por um crescimento gigantesco nos últimos anos, com a absorção de novas unidades, tenha fôlego, ar e recursos financeiros para progredir. Só assim, com o conhecimento e com a formação de novos profissionais, vamos ter um progresso ainda maior no Estado de Minas Gerais.

Cumprimento o deputado Dalmo Ribeiro pelo pronunciamento, pela defesa. Tenha a certeza de que nós, do PSD, vamos empunhar a bandeira de defesa da Uemg cada vez mais. Muito obrigado.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Dalmo Ribeiro, V. Exa. foi autor dessa emenda e a tem defendido com um ardor muito grande, mostrando todos os seus fundamentos. Participamos, com V. Exa., da defesa da aprovação dessa emenda e conseguimos um resultado positivo. Isso foi motivo de grande satisfação para todos nós. Estamos aqui para parabenizar todos os deputados que votaram favoravelmente à emenda de V. Exa., até porque vivemos num país em que sua ex-presidente Dilma Rousseff sempre falou em Pátria educadora. Ora, um partido que fala em Pátria educadora não pode, em hipótese alguma, em Minas Gerais, a não ser que haja uma razão inteiramente justificável, dispensar cerca de 180 servidores da Uemg, como está acontecendo agora. Todos os servidores que lá estão ou os que já estiveram em grande quantidade conversaram e mostraram suas razões para cada deputado.

Não é possível que pelo menos a maioria dos deputados não tenha se convencido disso. Agora fizeram um resumo muito objetivo, mostrando que isso não fere a Constituição, ao contrário, todos os requisitos exigidos para o concurso estão atendidos por eles. É uma situação em que não se vê nenhuma agressão à Constituição Federal nem à Constituição Mineira, onde não se vê irregularidade palpável; é uma situação em que se encontram menos de 180 servidores, não se abrirá precedente para outros funcionários, não haverá porta aberta para outras pessoas argumentarem qualquer coisa que acarrete aumento de despesa para o Estado.

Se o governador está buscando economia, nesse ato ele está completamente errado, pois isso não é forma de buscar economia. A forma de buscar economia é exatamente investir na educação para criar, cada vez mais, mão de obra especializada. Investir no conhecimento é investir nesse pessoal. Todos os países que progridem no mundo investiram, em



primeiro lugar, no conhecimento. E o nosso governador está na contramão da história mundial, da história antiga e da história contemporânea. Então, não podemos, deputado Dalmo Ribeiro, de forma nenhuma, sacrificar esse pessoal. Se o governador quer fazer economia, não deve fazer isso por meio de um ato tão injusto e tão absurdo como esse. Ele deveria fazer economia diminuindo os salários altos e as gratificações especiais que são dadas para determinados secretários de Estado. Aí, sim, ele pode fazer uma boa economia para o Estado. Mas não deve fazer economia procurando prejudicar quem ajuda a construir, sobretudo, o conhecimento neste estado; não podemos admitir isso. Vamos votar favoravelmente à emenda de V. Exa. e aos servidores da Uemg. Muito obrigado, deputado.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – Venho aqui reafirmar o compromisso do PDT pela derrubada do veto. Agora vou pedir a orientação do governo. Dê pelo menos a carta branca. Deixe a bancada de governo liberada. Sabemos que fora isso não vai passar. Depois que aprovamos aqui por voto aberto, em todas as votações, o projeto do deputado Sargento Rodrigues, eu ainda tenho muita esperança. Agora os deputados vão ter que mostrar a cara. Pelo convencimento feito acho que temos uma grande chance. O PDT vota pela derrubada do veto e pela educação sempre.

Ontem eu falava que o governador está tentando acabar com o poder de legislar desta Casa. Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem o Congresso Federal aprovou, em 1º turno, a limitação de repasses da verba de custeio das Assembleias Legislativas. Todas as Assembleias, a partir de agora, terão que limitar seus gastos de acordo com o que foi gasto no ano passado. O Tribunal de Contas, a partir da votação do Senado, também vai ter essa limitação. Agora fiquem surpresos, presidente, por que o Senado fez isso com a Assembleia e o Tribunal de Contas, mas não faz com o Tribunal de Justiça, não faz com os outros órgãos dependentes do governo. Então fica aqui mais essa minha manifestação. Vamos derrubar o veto e cuidar de legislar nesta Casa. Obrigado.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Agradeço as contribuições do deputado Bonifácio Mourão e do deputado Alencar da Silveira Jr. e quero aqui também fazer uma reflexão. Já foi dito reiteradas vezes que, em nenhum momento, essa emenda vem pela inconstitucionalidade. Ninguém, absolutamente, em nenhum momento, afirmou, tanto pelo veto, quanto pelo relatório, que ela é inconstitucional. Ela é de natureza da Casa. Tanto é que foi reconhecida pelos parlamentares por maioria de votos: 37 votos a 22. Então, quero mais uma vez, como já fizemos, gabinete por gabinete, tão logo encerremos a votação, agradecer e demonstrar a gratidão de todos os servidores da Uemg. Quero, mais uma vez, com muito humildade, como tenho feito nos meus de cinco mandatos, pedir que acompanhem sua própria consciência. Se cada um dos senhores já votou com os servidores da Uemg, seria um despropósito votar contrariamente agora. O nome dos senhores já está fazendo parte da história desses 180 servidores valorosos, que aguardam, com certeza, o parecer favorável de cada um dos senhores parlamentares que, com certeza, vão derrubar esse veto. É disso que precisamos. Vamos encaminhar a votação no momento oportuno. Sei que temos muitos oradores neste momento em favor da Uemg, mas quero confiar em cada parlamentar para que demonstremos gratidão pela nossa Uemg, por essa instituição que nos dá tranquilidade, nos dá garantia e, acima de tudo, respeito por Minas Gerais. Juntos vamos mais uma vez em favor da Uemg. Obrigado.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta* – Presidente, deputado Adalclever Lopes; Sras. Deputadas e Srs. Deputados. De maneira especial, quero cumprimentar os funcionários da Uemg que aqui se fazem presentes. Eles merecem não só os nossos aplausos, mas também a nossa consideração pelo magnífico trabalho que fazem pelo ensino superior no nosso estado. Quero também cumprimentar os amigos e companheiros da Ruralminas presentes. Já tivemos a oportunidade, numa audiência pública, de externar o nosso pensamento, bem como o cuidado de procurar vários prefeitos e vereadores da região para pedir-lhes que encaminhem *e-mails*, ofícios, que façam telefonemas, o que for, ao governador, manifestando o apoio dos prefeitos do Norte de Minas à referida instituição, que completará 50 anos este ano e que agora corre o sério risco de ser extinta, não em razão do seu competente trabalho, mas de uma decisão política.

Gosto de fazer justiça, por isso também quero cumprimentar o governador pela decisão de retirar o regime de urgência desse projeto. Tudo isso é fruto da boa pressão. Estamos defendendo uma causa que vale a pena, uma causa importante.



Esta tribuna, companheiros, deveria ser utilizada este ano para comemorar os 50 anos da Ruralminas, e não para parlamentares defenderem uma instituição que se defende por si só, em razão do trabalho que vem apresentando. No momento certo, vamos tornar a usar esta tribuna para continuar a defesa da Ruralminas.

Agora peço licença a vocês para me dirigir à Uemg, aos funcionários da Uemg. Esse veto que foi apostado a uma decisão da Casa, a uma proposta da Casa, veio na contramão da história do ensino universitário superior de Minas Gerais. Estamos vivendo um momento crítico, deputado Bonifácio Mourão, no ensino superior de Minas Gerais. A Unimontes e a Uemg estão em greve por melhores salários e condições de trabalho para que essas duas instituições, essas duas universidades estaduais consigam se consolidar no atual momento. Aliás, vejo o Estado sob dois aspectos: a área do ensino básico e a área do ensino superior. No tocante ao ensino básico, que é ministrado aos nossos jovens e crianças, o Estado conseguiu avançar muito. Votamos o piso salarial. Hoje os professores se sentem muito mais valorizados, e as nomeações se sucedem a cada dia. Ontem o deputado Rogério Correia comemorava as nomeações, que chegaram a 60 mil. Foram nomeados 60 mil funcionários públicos, e a esperança é de que, até o final do ano, esse número suba para 100 mil nomeações. O ensino básico do nosso estado avançou muito.

Em contrapartida, o nosso ensino superior está capengando, andando de forma arrastada. Não há uma política voltada à valorização dos jovens que estudam e investem para entrar numa universidade. Quando esses jovens conseguem entrar numa universidade, eles depois constatam, estarrecidos, que essas universidades estão apenas num processo inicial de consolidação. Aliás, para que elas possam efetivamente se consolidar, é necessário que o governo dedique uma atenção especial a elas.

O piso básico dos serventuários e de muitos professores que trabalham na Unimontes e na Uemg é menor que o piso básico de um professor da rede pública. Isso não é possível. Eu falava, na última reunião, que juntando a Uemg e a Unimontes, estamos apenas com 6% do que o governo de São Paulo investe na USP. O orçamento da Unimontes, este ano, chega a duzentos e poucos milhões. O da Uemg chega a pouco mais de 180 milhões. Na USP, este ano, o governo de São Paulo investirá R\$4.000.000.000,00. Como queremos construir um estado, dentro de uma pátria educadora, como pregado pela ex-presidente Dilma, se não valorizamos o que temos de grande valor, um verdadeiro patrimônio, que são as nossas universidades?

Os professores estão lutando para evitar que esta Casa cometa o equívoco de apoiar o veto do governo a uma proposta discutida pela Casa. Onde está a autonomia do Poder Legislativo? Para que criamos a expectativa de apresentar uma proposta, que foi negociada amplamente pela Casa? Deputado Antônio Jorge, estou me sentindo traído. Imagine os professores que querem ser enquadrados no processo, que querem ser reconhecidos no processo. Eles fizeram a seleção, o concurso. Eles têm o direito de continuar a construir essa grande universidade.

Estou falando aqui desprovido de qualquer posição político partidária.

Nesta reforma administrativa, eu me coloquei contra vários projetos do governo, como a extinção da Ruralminas, a extinção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a extinção do Deop. Todavia apoiei outras posições do governo, porque entendi que se tratava de órgãos envelhecidos, que poderiam ser revitalizados. Não quero que nenhuma posição político-partidária influencie a proposta desse veto. Neste Plenário, temos vários deputados que representam os 12 câmpus da Uemg. Com que cara eles chegarão à sua cidade, à sua região? Os eleitores perguntarão: "Deputado, você votou contra os professores da Uemg? Você votou para que os professores não pudessem ser indicados nos cargos para os quais eles fizeram concurso, para os quais passaram, para os quais estudaram, nos quais acreditam?" É uma questão de coerência, de consciência.

Rapidamente queria deixar clara essa minha posição, elogiando o governador Pimentel. Vamos dar mais tempo. Quem sabe consigamos, com mais tempo, reverter o quadro da Ruralminas. Pedimos ao governador Pimentel, ao secretário de Ciência e Tecnologia, deputado Miguel Corrêa, que é um parlamentar do Sul de Minas, que representa várias cidades onde existem câmpus da Uemg, que nos deem um pouco mais de tempo, a fim de que a matéria seja revista. Não sei se



conseguiremos barrar o veto. Está difícil. Precisariamos de 2/3 da Casa. São necessários 49 votos para barrar o veto. Estou sendo pragmático e correto com vocês. Fica aqui o nosso apelo. votarei contra o veto, pela derrubada do veto. Fica aqui o nosso apelo, vamos tentar.

Fica o nosso apelo ao secretário de Ciência e Tecnologia, Miguel Corrêa, e ao líder do governo, companheiro e amigo Durval Ângelo, para que busquem uma outra solução. Sei que a posição do Durval é difícil. A liderança do governo é difícil. Há bônus, mas, na maioria das vezes, há também os ônus, e ele paga com ônus. Ele tem uma folha corrida de serviços prestados ao Parlamento mineiro, são seis mandatos. É difícil. Respeito a opinião do líder. No entanto, se não conseguirmos sensibilizar o parlamento e derrubar o veto, gostaria muito de fazer um apelo aos deputados para que voltemos as nossas vistas, os nossos olhares, as nossas atenções às nossas universidades.

Não é possível. A Unimontes está há 60 dias em greve. Essa greve está comprometendo quem se forma agora em julho, comprometendo o ensino superior até o final do ano. O povo de Montes Claros está se movimentando, porque a nossa Unimontes é o maior patrimônio que tem o Norte de Minas e Minas Gerais. Há também essa outra faculdade irmã, que é a Uemg, que está presente e transformando nossas regiões. Ela está investindo no jovem, em um ensino superior de qualidade. Vou ficar muito triste em ver este parlamento não votar pela derrubada do veto do governador e também não votar pela consolidação do ensino superior em Minas Gerais. Não vamos conseguir nunca consolidar a nossa universidade.

Ouvi o discurso do Dalmo, que está correndo, pedindo, implorando, argumentando sobre o porquê de ele defender a derrubada do veto. Não há nenhum impacto financeiro. A efetivação desses professores da Uemg se ampara na legalidade, conforme estudo feito pelo Executivo, pelo governo de Minas. Esses professores foram aprovados em concurso, com editais publicados no jornal oficial de Minas Gerais. Dada a especificação da condição desses professores da Uemg, não procede a argumentação do veto. São professores preparados, capacitados, que querem trabalhar e ajudar o ensino superior de Minas Gerais. A situação desse grupo de professores da Uemg é única no Estado de Minas Gerais e, portanto, não abre precedentes.

Vejam os argumentos que preparamos: “A Uemg foi criada há 26 anos com um trabalho ininterrupto desses professores e, em meio a sua precária estrutura, formando milhares de alunos. A consolidação da Uemg como universidade reconhecida nacional e internacionalmente ocorreu com o trabalho desses professores e fundadores. São apenas 178 professores”. E aí vem o governo e nos fala que está no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tenho um requerimento – já o mostrei ao presidente e vou apresentá-lo à Mesa – solicitando informações acerca desse limite prudencial. A gente vê a nomeação de 15 mil professores da rede pública estadual, da educação básica, e quando vamos pedir pelos professores da Uemg e da Unimontes que passaram em concurso, eles falam: “Não. Não pode. Já atingimos o limite prudencial”. Por que não se atinge o limite quando são nomeados 20 mil professores da rede básica, mas 178 professores não podem ocupar seus postos?

Então, deixo o meu apelo. Desta tribuna, faço muito mais um apelo do que um pronunciamento. Faço um apelo aos deputados do Triângulo – vejo aqui o Tony Carlos, há os câmpus da Uemg no Triângulo Mineiro –, aos deputados do Sul de Minas – vejo aqui vários deputados do Sul de Minas –, aos deputados da região metropolitana. Lá no Norte de Minas, não temos Uemg, lá temos a nossa Unimontes, mas nem por isso me eximo de estar nesta tribuna para falar sobre a Uemg, a nossa irmã universidade do Norte de Minas, porque sei do valor de uma universidade pública.

Eu me formei em medicina pela Unimontes em 1979. Já se vão 36 anos de formado pela Unimontes. Eu vejo o que a Unimontes fez por aquela região, a transformação que fez, o grande serviço prestado. Vejo também a possibilidade de a Uemg se consolidar verdadeiramente. Agora mesmo estamos lutando para levar o patrimônio da Hidroex de Frutal para a Uemg. Queremos que ela tenha esse patrimônio, os seus prédios maravilhosos e se consolide como uma grande universidade. Tenho filhas que se formaram em medicina. Tenho três netas e amigos. Conheço pessoas que precisam avançar. A educação é a única porta que temos para que o jovem pobre e o filho do trabalhador possam ser alguém na vida. Temos as nossas escolas estaduais e o nosso curso básico. Sonho com um estado que valoriza o ensino superior e dê valor à figura do professor. Não há nada mais importante na nossa vida que um professor, mas este deve ser bem remunerado, ter condições e se orgulhar de

trabalhar em uma universidade estadual. Não podemos com o nosso voto interromper o sonho de tantos alunos e professores. Parabéns ao povo e aos companheiros da Ruralminas. Parabéns, Uemg. Contem com o meu voto. Contem com o meu trabalho. Espero que contem também com o voto deste Parlamento e principalmente o voto daqueles deputados que representam a região onde a Uemg tem os 12 câmpus. No Norte de Minas, não os temos, mas não fujo à responsabilidade. Muito obrigado a vocês.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, distintos servidores da Uemg presentes. Seremos rápidos. Não poderíamos ficar ausentes da tribuna em um momento tão importante para a educação em Minas Gerais como este. Nossos argumentos são os apresentados pela Uemg, os quais me convenceram inteiramente. Tenho a convicção de que esses argumentos convencem todos os deputados, a não ser que se queira votar mantendo o veto apenas para agradar ao governador. O deputado que votar em plena consciência, o deputado que consultar a sua consciência antes de votar, o deputado que entender que a defesa do conhecimento é fundamental para o progresso do Estado de Minas Gerais, o Estado que ele defende, com certeza, votará pela derrubada do veto. A emenda de V. Exa., meu amigo e caro deputado Dalmo Ribeiro Silva, é oportuna, inteligente, necessária e, sobretudo, justa. Ela é legítima e legal. É legítima porque reconhece um trabalho feito há tantos anos por esses servidores e é legal porque se demonstra, entre os argumentos apresentados, que não há ofensa à Constituição Federal. A efetivação dos professores da Uemg se ampara na legalidade, conforme estudo feito pelo Executivo desse governo. Os outros argumentos apresentados pela Uemg foram lidos e manifestados por V. Exa. Todos eles são inteiramente convincentes.

Os servidores da Uemg que estiveram presentes durante a primeira votação, que estiveram aqui ontem e estão aqui hoje, levaram a todos os deputados esses argumentos. Nenhum deputado, a esta altura, desconhece a situação da Uemg.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, lembro-me bem e farei questão de ler aqui os nomes dos colegas deputados que votaram favoravelmente à emenda de V. Exa. Por que farei isso? Deputado Dalmo Ribeiro Silva, farei isso porque tenho certeza de que esses 37 deputados que votaram favoravelmente manterão o seu voto. Por isso, lerei o nome de cada um. Votaram favoravelmente os deputados: Alencar da Silveira Jr., Antônio Carlos Arantes, Antônio Jorge, Antonio Lerin, Arlen Santiago, Arnaldo Silva, Bonifácio Mourão, Cássio Soares, Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo, Douglas Melo, Duarte Bechir, Elismar Prado, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Fábio Avelar, Felipe Attiê, Fred Costa, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares, Ione Pinheiro, Iran Barbosa, Isauro Calais, Ivair Nogueira, João Leite, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Leandro Genaro, Luiz Humberto Carneiro, Noraldino Júnior, Nozinho, Paulo Lamac, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues, Tito Torres e Wander Borges. Esses deputados votaram favoravelmente.

Tenho a convicção, deputado Dalmo Ribeiro Silva, de que esses deputados confirmarão o seu voto, mas precisamos derrubar o veto. Para isso, precisaremos de mais votos de mais deputados. Por isso estou aqui ratificando as palavras de V. Exa. e fazendo um apelo aos colegas: vamos votar não apenas a favor desse pleito, que é legítimo e justo, mas também a favor do conhecimento. É preciso que se invista cada vez mais no conhecimento. Quem pensa no presente e sobretudo quem pensa no futuro deste estado não pode votar favoravelmente a um veto como esse. Os deputados que pensam não nas próximas eleições, mas nas próximas gerações devem votar com certeza pela derrubada desse veto. As próximas gerações são os nossos filhos e netos, são essas crianças que não estão presentes para manifestar a sua vontade, mas, com certeza, estão em sua casa aguardando que possamos investir no futuro deste estado, votando a favor do conhecimento e pela derrubada desse veto. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê* – Sr. Presidente, senhores servidores da Uemg, somos favoráveis à derrubada do veto.

Sabemos da importância do ensino superior no Brasil, mas queremos fazer um alerta à Uemg: é necessário que o governo federal participe com recursos para as universidades estaduais. Por quê? Quando fui estudar, em 2001, em



Georgetown, universidade privada americana, que é jesuíta e fica em Washington DC, no Bairro Georgetown, pude constatar como ela se financiava. Um aluno, por exemplo, que morava comigo, da Tailândia, que era diretor de banco, fazia um curso de MBA que custava US\$30.000,00 por ano. Perguntei ao diretor da Georgetown como funcionava o financiamento nas universidades americanas.

Depois, fui a Boston, ao MIT, e também a Harvard, conhecer as universidades. Como funciona? A mensalidade de um curso de medicina era US\$30.000,00. O estudante paga do bolso dele. Isso equivalia a 25% dos custos daquela universidade, sendo que 50% do custeio da universidade privada vinham do orçamento geral da união. Sabem como? Do congresso americano, saíam 25% direto para Georgetown, para MIT, para Harvard. Os outros 25% os empresários abatiam no imposto para financiar as universidades americanas de ponta. Então, 50% vinham de impostos do povo americano, que financiava as universidades privadas. Elas têm lógica privada e são financiadas com dinheiro público do governo federal norteamericano.

Depois, Sr. Presidente, 25% dos custos eram cobertos pelas mensalidades, que eram caras. Não é brincadeira R\$30.000,00 para fazer um curso! É muito dinheiro; são R\$100.000,00 de mensalidade que um aluno estrangeiro ou americano pagaria para cursar uma universidade como Georgetown. Os 25% restantes, para inteirar os 100% do custo, eram doados por ex-alunos. No caso de Georgetown, Bill Clinton e outros tantos que doam recursos estudaram administração pública na graduação. Dessa forma, compunham-se os 100% do custo: 25% em mensalidades; 25% em doação de ex-alunos de sucesso; e mais 50% em dinheiro do orçamento geral da união, por meio de renúncia de empresas ou diretamente do orçamento para a conta das universidades.

Fui ao Canadá, à Universidade de Toronto e a outras, apoiado pelo Itamarati, em missão especial, naquela época pela Câmara Municipal de Uberlândia. Estive com o Jean Pierre, prefeito de Montreal, que era o diretor do Horto daquela cidade. Lá pude ver que 2/3 das universidades privadas do Canadá eram financiadas pelo governo canadense. As mensalidades eram de aproximadamente US\$12.000,00, bem mais baratas do que os US\$25.000,00, US\$30.000,00 cobrados pelos EUA, na época, pelos cursos.

O que compreendi? Se esses países que produzem ciência, que produzem pesquisa, nesses países onde mesmo em universidades privadas o governo descarrega recursos públicos, na proporção de 2/3 no Canadá e de 50% na receita americana, entendo que não se faz ensino sem a ajuda do governo federal. Hoje, por mais que o Estado de Minas Gerais seja pobre... É um estado muito grande, com 20 milhões de habitantes e onde todos os meses faltam R\$850.000.000,00 na folha de pagamento. Por meio do MEC, o governo federal precisa fazer um programa de aporte e apoio às universidades estaduais.

São Paulo é uma exceção. Se retirássemos São Paulo do Brasil, São Paulo, com a sua USP, seria o país mais rico da América Latina. São Paulo tem, num único estado, 40%, 50% de toda a riqueza do Brasil. O orçamento de São Paulo chega a duzentos, duzentos e vinte bilhões, enquanto o nosso chega a R\$90.000.000.000,00. São Paulo tem o poder de estar, ali, com a iniciativa privada, com a parte industrial para realizar convênios e arrecadar fundos.

Devemos ter atenção com a Uemg. O governo federal precisa estabelecer uma diretiva para apoiar as universidades estaduais a fim de que elas não fiquem como universidades de segunda categoria frente às federais. Estas, sim, gozam de orçamentos generosos, como acontece com a Universidade Federal de Uberlândia, que possui R\$1.500.000.000,00 de orçamento para este ano. Para termos um ensino estadual de qualidade, é preciso que o ensino superior esteja sob o comando, de forma indireta, do governo federal. Já o ensino básico, não; o ensino infantil, que é até mais barato, custa bem menos do que o ensino superior, devido à pesquisa, à extensão. Logo, podem estar nas mãos dos municípios, podem estar nas mãos do governo do Estado. Isso não impede que a universidade seja estadual, mas o governo federal não pode se eximir de sua responsabilidade.

Sabemos que as principais universidades do mundo – qualquer uma delas, como as de Cambridge e de Oxford – recebem recursos do governo federal no seu orçamento para apoiar os seus servidores, apoiar a qualificação, apoiar a pesquisa e a extensão, a fim de atingir os objetivos do ensino superior, que deve estar ao lado das forças produtivas, das



forças intelectuais, das forças sociais para pensar o Brasil, estabelecer rumos, metas, mudar a nossa estrutura produtiva, a fim de que haja melhor desempenho no País. Precisamos disso.

É necessário, acreditamos muito, que os deputados federais e o ministro da Educação tenham como parte auxiliar do MEC as universidades estaduais, principalmente as de estados pobres, com grandes demandas, com 853 municípios, que não têm dinheiro para investir na Uemg. Pode ser qualquer governo, do PT ou do PSDB: vai haver sérias dificuldades de captação para atender às necessidades de crescimento e evolução dessa instituição de ensino, que nasceu com muito vigor, mas padece de falta de recursos. Minas Gerais não tem aquilo de que precisa para ser mais pujante do que é. Fica essa observação. Sabendo da responsabilidade de cada um, vamos votar “não” ao veto para atendê-los.

Lembramos também que os municípios precisam ser atendidos no que diz respeito à educação infantil. Aprendemos tudo o que precisamos saber na vida até os sete anos: atravessar rua, fazer as coisas. Até os sete anos aprendemos o que precisamos na vida. Por isso é necessário carinho e investimentos muito grandes na educação infantil, que é a salvação do Brasil. Isso não está acontecendo, não há fontes de recursos suficientes no País. Precisamos ver uma forma de fazer isso com a infância, com as crianças, para que sejam estimuladas, desenvolvidas e deem frutos. No Brasil, presidente, perdemos muitos Bill Gates. No Brasil, presidente, perdemos muitos outros grandes talentos que estão por aí, pessoas que não tiveram acesso ao ensino superior, à educação. São práticos, são funcionários que poderiam estar melhor. Acredito muito nisso e voto favorável. Peço atenção do governo federal para com a nossa universidade estadual e todas as do País, para que tenhamos um ensino de primeira linha nas universidades estaduais, como há nas federais. Isso é muito importante, porque não existe aluno federal nem aluno estadual: existe aluno de um país chamado Brasil. Muito obrigado.

O presidente – Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Dirceu Ribeiro) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 55 deputados. Portanto, há quórum para votação.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, atendendo à solicitação do deputado Dalmo Ribeiro Silva, sobretudo em função da importância desta votação para a vida de milhares de mineiros, peço encarecidamente a V. Exa. – e tem sido uma praxe desta Casa – que a Mesa convoque os deputados que estão em comissão para poder exatamente...

O presidente – Já foram convocados.

O deputado Gustavo Corrêa – Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – É só para pedir às deputadas e deputados, assim como fiz ontem, que deixem de lado a questão ideológica e partidária. Este é um momento em que a luta é de todos, é fazer justiça a esses 178 servidores da Uemg. Em nome da justiça, então, peço aos deputados que deixem de lado a questão partidária e que votemos “não”, pela derrubada do veto. Muito obrigado.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c o art. 222, do Regimento Interno. As deputadas e os deputados que desejarem manter o veto registrarão “sim”, e os que desejarem rejeitá-lo registrarão “não”. A presidência lembra ao Plenário que o veto será rejeitado se obtiver, no mínimo, 39 votos contrários. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o veto ao art. 7º.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Cabo Júlio – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Ivair Nogueira – João Magalhães – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Pinduca Ferreira – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

– Registram “não”:

Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Luiz Humberto Carneiro – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O presidente – Votaram “sim” 32 deputados; votaram “não” 21 deputados, totalizando 53 votos. Está mantido o veto ao art. 7º. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.997. Oficie-se ao governador do Estado.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.433/2015, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica. A presidência vai renovar a votação do projeto. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.004/2015, do deputado Thiago Cota, que institui o Dia Estadual do Doador de Medula Óssea. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antônio Carlos Arantes – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione



Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes.

O presidente – Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.004/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.371/2015, do deputado Durval Ângelo, que dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 13.955, de 20/7/2001, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antônio Carlos Arantes – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes.

O deputado Paulo Lamac – Sr. Presidente, peço que considere meu voto “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.371/2015 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27/7/1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto a votação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.853/2015, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Itaguara. A Comissão de Justiça conclui

pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antônio Carlos Arantes – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 50 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.853/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.223/2015, do deputado Cristiano Silveira, que dispõe sobre a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Direitos Humanos, que opina pela rejeição da Emenda nº 2 e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicada a Emenda nº 1. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 2, salvo emendas.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antônio Carlos Arantes – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2, salvo emendas. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, ficam prejudicados o Substitutivo nº 1 e a Emenda nº 1. Em votação, a Emenda nº 2.

– Registram “sim”:

Arnaldo Silva – Carlos Pimenta – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Duarte Bechir – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Missionário Marcio Santiago – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antônio Carlos Arantes – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

A deputada Celise Laviola – Presidente, meu voto é “não”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 15 deputados; votaram “não” 33 deputados, totalizando 48 votos. Está rejeitada a Emenda nº 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.223/2015 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.905/2015, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibirité o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antônio Carlos Arantes – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.905/2015 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.258/2016, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a extinção das serventias que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A

presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Arnaldo Silva – Bosco – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.258/2016 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo apreendidas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Bosco – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 a 5.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Bosco – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 1 a 5. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.751/2015 com as Emendas nºs 1 a 5. À Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 779/2015, do deputado Cabo Júlio, que altera a redação do inciso XII do art. 13 da Lei nº 14.310, de 19/6/2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 779/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.194/2016, do governador do Estado, que institui o Dia Estadual em Memória das Vítimas do Holocausto. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.194/2016 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 437/2015, do deputado Fabiano Tolentino, que dispõe sobre parcelamento do débito de reposição florestal. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

Questão de Ordem

O deputado Carlos Pimenta – Peço a V. Exa. que faça um apelo. Estamos votando os projetos dos deputados e estou vendo que o quórum se esvazia cada hora mais. Chegará a um ponto em que não teremos os 39 votos. Essa é a oportunidade que temos nos últimos meses de votar projetos de deputados. Então, peço a V. Exa. que solicite a permanência dos deputados em Plenário para assegurar o quórum.

O presidente – É pertinente. A presidência reitera o pedido para que os deputados permaneçam em Plenário a fim de votar os projetos dos seus colegas.

– Vem à Mesa:

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 437/2015

Substitua-se a expressão "em lotes da Etapa 1 do" pela expressão "no".

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2016.

Deputado Inácio Franco – Deputado Dirceu Ribeiro.

Justificação: No âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi detectada a necessidade de adequação do texto aprovado em 1º turno, de forma a não permitir interpretações jurídicas oportunistas por eventuais devedores de reposição florestal ao Estado. Em segundo turno, buscou-se delimitar com precisão o benefício concedido pelo § 6º do art. 2º, além de precisar também os beneficiados. No entanto, após aprovação do parecer na referida comissão, notamos que a medida deveria se aplicar não só aos produtores rurais assentados na Etapa 1 do Projeto Jaíba, mas a qualquer produtor com atividade naquele perímetro irrigado público, motivo pelo qual apresentamos esta subemenda.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto a Subemenda nº 1, dos deputados Inácio Franco e Dirceu Ribeiro, à Emenda nº 1 e, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda e subemenda.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Bosco – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Marília Campos – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram "sim" 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda e subemenda. Em votação, a Emenda nº 1, salvo subemenda.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – Léo Portela – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac –



Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O deputado João Magalhães – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Thiago Cota – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1, salvo subemenda. Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 437/2015 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão em 2º turno do Projeto de Lei nº 1.087/2015, do deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jequeri o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vêm à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.087/2015

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo:

Art. ... – Fica revogado o art. 14 da Lei nº 18.184, de 2 de junho de 2009.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2016

Deputado Durval Ângelo, Líder do Governo.

Justificação: Considerando que os eventos relacionados às Olimpíadas 2016 ocorrerão em apenas quatro datas coincidentes com dias letivos (3, 10, 12 e 16 de agosto) e, ainda, que a maior parte de tais eventos ocorrerá em horários noturnos, a Secretaria de Estado de Educação – SEE – entende que não há necessidade do recesso escolar na rede estadual de ensino, no período de 3 a 13 de agosto, como estipulado no art. 14 da Lei nº 18.184, de 2 de junho de 2009. Para os dias de jogos realizados em Minas Gerais, a SEE procederá a instrução específica para as escolas do entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão, local onde se realizarão os eventos, orientando que aquelas datas não sejam consideradas dias letivos, garantindo assim a menor interferência possível dos Jogos Olímpicos no calendário escolar de Minas Gerais.

ACORDO DE LÍDERES

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



Os deputados que este subscrevem, representando a totalidade dos membros do Colégio de Líderes, deliberam seja recebida, no 2º turno, uma emenda de autoria do deputado Durval Ângelo ao Projeto de Lei nº 1.087/2015, contendo matéria nova.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2016.

Rogério Correia, Líder do BMM

Gustavo Corrêa, Líder do BVC

Agostinho Patrus Filho, Líder do BCMG

Wander Borges, Líder do PSB

Vanderlei Miranda, Líder da Maioria

Gustavo Valadares, Líder da Minoria

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 6 de julho de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Durval Ângelo, que recebeu o nº 1, e que, por conter matéria nova, vem acompanhada de Acordo de Líderes, subscrito pela totalidade dos líderes com assento nesta Casa, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Bosco – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Bosco – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.



O presidente – Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.087/2015 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.099/2015, do deputado Braulio Braz, que altera a Lei nº 15.895, de 6/12/2005. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.099/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.584/2015, do deputado Carlos Pimenta, que torna obrigatória a presença de profissional treinado em primeiros socorros nos eventos públicos promovidos pelo Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 50 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.584/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.566/2015, do deputado João Leite, que dispõe sobre o registro de estabelecimentos que atuam no comércio ou na fundição de ouro, metais nobres e joias usadas. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a



presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Bosco – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.566/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2015, do deputado Tony Carlos, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Sul – Cistrisul – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Bonifácio Mourão – Bosco – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bonifácio Mourão – Bosco – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.682/2015 na forma do vencido, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.409/2015, do deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Formiga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Wander Borges – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.409/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.786/2015, do deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Moema os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.786/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.755/2015, do deputado Isauro Calais, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lavras. A comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 2.755/2015

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica desafetado o trecho da Rodovia MG-354 compreendido entre o Km 561,6 e o Km 564, com extensão de 2,4km (dois quilômetros e quatrocentos metros).".

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2016.

Deputado Fábio Chereim

Justificação: Em consulta ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, verificou-se que o trecho da Rodovia MG-354 que liga o Município de Lavras a Luminárias e se encontra em expansão no perímetro urbano se estende do Km 561,6 ao Km 564, compreendendo uma extensão de 2,4km, onde se localizam, além do distrito industrial, diversas moradias, o que justifica a extensão do trecho a ser desafetado por mais 400m.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Fábio Chereim, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida à votação independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Wander Borges.

O deputado Vanderlei Miranda – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Paulo Guedes – Meu voto também é “sim”.

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, voto “sim”.

O deputado Emidinho Madeira – Meu voto é “sim”.

O deputado Doutor Wilson Batista – Voto “sim”.



O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.755/2015 na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 255/2015, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto a apreciação do Plenário.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 257/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buenópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto a apreciação do Plenário.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.096/2015, do deputado Braulio Braz, que altera dispositivos da Lei nº 18.991, de 1º/7/2010, que dispõe sobre a finalidade do uso de imóvel doado pelo Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.096/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.231/2015, do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre plano de evacuação em caso de acidentes em obras públicas do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança opina pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval

Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.231/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.267/2015, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Doce os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1. A Comissão de Fiscalização opina pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.267/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.635/2015, do deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capelinha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização opina pela aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.



– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 40 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.635/2015 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.177/2015, do deputado Roberto Andrade, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mirai o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.177/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.191/2015, dos deputados Adalclever Lopes, Agostinho Patrus Filho e Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Belo Horizonte o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Adalclever Lopes – Agostinho Patrus Filho – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino



Júnior – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

– Registra “não”:

Fred Costa.

O deputado Tadeu Martins Leite – Sr. Presidente, voto “sim”.

O deputado Duarte Bechir – Presidente, voto “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 45 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.191/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.227/2015, do deputado Cabo Júlio, que proíbe o porte de arma branca no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Wander Borges.

O deputado Vanderlei Miranda – Sr. Presidente, voto “sim”.

O deputado Roberto Andrade – Meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.227/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.673/2015, do deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa para apoio a hospitais filantrópicos, hospitais de ensino e a entidades beneficentes sem fins lucrativos de assistência à saúde. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo –

Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.673/2015 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.856/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leonídio



Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.856/2015 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.055/2015, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba os trechos rodoviários que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.055/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Prorrogação da Reunião

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 13h59min.

Declarações de Voto

O deputado Fred Costa – Sr. Presidente, deputado Adalclever Lopes, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores que nos escutam, queria registrar o meu voto contrário à doação do terreno que está inserido numa área da rodoviária de Belo Horizonte para o Município de Belo Horizonte, para aquilo que denomino ser obra puramente narcisista, o denominado centro administrativo de Belo Horizonte. Não entendo ser, em hipótese alguma, pertinente neste momento o prefeito Márcio Lacerda vir até a Assembleia Legislativa clamar à Mesa diretora e aos deputados que façam essa doação com esse intuito. Lembremos, todos nós, que estamos vivendo um processo de retração econômica, em que o governo federal, o governo do Estado e prefeituras estão em crise financeira. Em meio a uma crise financeira, na cidade de Belo Horizonte, onde os cortes são lineares, o prefeito de Belo Horizonte vir aqui solicitar a doação de imóvel para construção de um centro administrativo avaliado próximo a R\$1.000.000.000,00 é absolutamente ilógico, contrário ao interesse público. Se justificar que não tem tempo hábil para a construção e que isso ficaria para um próximo gestor, da minha parte ainda permanece o repúdio e a opinião contrária. Se temos eleições, para a qual há 12 pré-candidatos, para que então promover essa doação se não sabemos a destinação dela? Lembro ainda que essa área está inserida no Centro de Belo Horizonte, num local estratégico, onde funciona a rodoviária, que é secular e fundamental para o transporte de pessoas para dentro e fora do Estado de Minas Gerais. Respeito a votação, a maioria. Fui o único que votei contrariamente à construção do centro administrativo de Belo



Horizonte, mas tenho de registrar minha opinião por entender que essa construção não só não é objeto prioritário, como o gasto de R\$1.000.000.000,00 para uma obra dessa é algo absolutamente contrário ao interesse público e foge à realidade que estamos vivendo de crise econômica. Agradeço a V. Exa. a compreensão e peço que fique registrado não só o meu voto contrário, mas a minha total indignação com a possibilidade da construção de um centro administrativo municipal.

O deputado Rogério Correia – Presidente, quero fazer coro ao que disse o deputado Fred Costa, porque esse erro já foi cometido aqui em Minas Gerais. O senador Aécio Neves, que pretendia ser presidente da República, até hoje não admite o resultado das urnas que lhe infringiu uma derrota, aliás, uma derrota em Minas Gerais. Ele construiu a brasilinha do Aecinho. Agora estamos vendo, nas delações premiadas, que há denúncias de que ele recebia 3% para o caixa 2 e propinas no centro administrativo. Isso ainda são denúncias que estão sendo averiguadas, tanto da OAS como da Odebrecht, e provavelmente a Andrade Gutierrez fará algo semelhante. Mas além do problema de construir algo que hoje está sob suspeita, foi também uma brasilinha sem o menor sentido. Na época, eu dizia que o governador Aécio Neves não era sequer moderno. Não tinha nenhuma modernidade. Ele estava imitando Juscelino Kubitschek, 50 anos depois. Ele veio imitá-lo para construir uma brasilinha. Esse, então, era seu *marketing* eleitoral. Agora estamos vendo que não era só *marketing* eleitoral. Além disso, havia também outros objetivos, ao que tudo indica pelo que tem sido falado nas delações da OAS, Odebrecht e da própria Andrade Gutierrez. Os prédios foram divididos em três *lobbies*, com cada empreiteira liderando um. Mas, além disso, mostrou-se algo completamente inútil. Uma obra que custaria R\$700.000.000,00, R\$800.000.000,00 custou R\$1.500.000.000,00, foi uma ganância de recursos para centralizar os órgãos do Centro de Belo Horizonte em uma região distante. Depois foram feitas obras para viabilizar o transporte, enfim, um verdadeiro inferno para se construir um *marketing*, que agora vejo que não era apenas *marketing*. Não podemos permitir que, em Belo Horizonte, aconteça o mesmo. Concordo com o deputado Fred Costa. Não há necessidade hoje da construção de centros administrativos quando se tem internet e outra relação com os municípios, no caso de Belo Horizonte, com a prefeitura. Você tem de ter uma política de descentralização para atender melhor a população. É fora de moda, de qualquer presunção em pleno século XXI, centralizar polos administrativos caríssimos, como se não houvesse acesso a todas essas repartições públicas de outra forma, o que é muito mais moderno, que é por meio da internet. No caso do governador Aécio Neves, parecem-me óbvios os objetivos que tinha. A brasilinha até hoje nos dá muito problema. Aliás, o Centro Administrativo de Minas seria feito primeiro na região Noroeste de Belo Horizonte, mas estranhamente foi levado para a área do jôquei-clube. Depois fomos descobrir que o jôquei-clube limitou seus sócios a 20 sócios-fundadores, em uma jogada estatutária, e quem não estava em dia ficou fora da sociedade. Apenas os que estavam em dia passaram a ser sócios fundadores. Tivemos lá 20 sócios. Um dos sócios era o governador Anastasia, à época secretário de Planejamento e, depois, governador do Estado. Eles fizeram uma negociação, que também está sendo vista pelo Ministério Público, que envolvia o próprio Anastasia e o jôquei-clube para a desapropriação do terreno por parte do Estado. Negociava o próprio secretário de Planejamento, depois governador do Estado, com o jôquei-clube. Quer dizer, ele negociando consigo mesmo. Há um processo aberto investigando o Anastasia, que é o relator do golpe que está no Senado. Ele negociou consigo mesmo a ida para o jôquei-clube, a desapropriação. A desapropriação foi feita por um preço. Quando Anastasia virou governador, o preço dobrou. O Estado pagou o dobro do preço que tinha sido combinado. Houve uma ação negociada entre o governo do Estado e o jôquei-clube e a participação do governador Anastasia. Ele disse que a parte que lhe caberia foi doada ao Estado. Tudo bem, mas isso não limpa o que foi feito, ou seja, a negociação entre o jôquei e o próprio governo, que dobrou o preço da desapropriação do terreno. Ele doou a sua parte, mas e a dos amigos que receberam esse valor? Então, eu concordo com o deputado Fred Costa: não tem nada a ver o prefeito Marcio Lacerda propor que naquele local central seja feito um centro administrativo. Há muitas outras áreas de interesse da cidade que poderiam ser utilizadas pelo município. Tudo bem doar ao Município de Belo Horizonte a área e repassá-la depois. Aliás, proponho que seja feito um plebiscito para saber o que o povo deseja que seja construído nessa região. Acho que, por exemplo, uma grande área de lazer para o povo de Belo Horizonte nessa região valorizaria muito mais o local que construir um centro administrativo. Não há motivo para isso. Então, quero propor um plebiscito. Provavelmente, se tivéssemos feito isso, a brasilinha do Aecinho não teria sido construída com essa ganância de dinheiro, e não haveria hoje todas essas denúncias.



O deputado João Leite – Sr. Presidente, é doentio. Estamos tratando de Belo Horizonte e vamos conversar agora sobre a Cidade Administrativa, que seria realmente construída na região Noroeste. Contudo, o próprio deputado que nos antecedeu fez um movimento contra. Eu estava aqui. Ele fez um movimento contra a construção da Cidade Administrativa no Aeroporto Carlos Prates. Vieram pessoas para as ruas. “Não queremos. Trará para cá grandes dificuldades.” E foi vitorioso – creio – para o bem. Conheço bem a região Norte da minha cidade de Belo Horizonte, porque passei ali grande parte da minha vida, em treinamento e trabalhando. A região estava empobrecendo. A obra de Aécio Neves em Venda Nova é comemorada por muitos porque levou à região 20 mil pessoas para trabalhar. Bispo Gilberto, quando os seus olhos são maus, são trevas. Você imagina que todos pensam dessa maneira. Quão trevas são todo o seu corpo, se seus olhos são trevas. O mestre disse assim: “Penso que todos pensam mal, estão se corrompendo”. Mas não foi isso que aconteceu. Tiveram uma vitória. Não conseguimos construir a Cidade Administrativa na região Noroeste, que também precisava de grandes investimentos. Contudo, o mais querido, o governador Aécio Neves investiu em Venda Nova, que reconheceu esse esforço. O governador Anastasia, que até hoje mora em um apartamento de dois quartos próximo à Assembleia Legislativa, é acusado dessa maneira. É muito triste vermos isso. As pessoas vão lamentavelmente destruindo a imagem de homens públicos, homens do bem, homens de bem. Aqui nasce a destruição da imagem. Não me esqueço do capítulo do livro de Tuma Júnior. Lula chamando Tuma Júnior e dizendo a ele: “Destrua o senador Marconi Perillo”. É assim que eles agem. Destroem a imagem de uma pessoa. Não vai colar mais fazer isso, e estamos aqui para defender a imagem das pessoas. Não é possível que a imagem das pessoas seja destruída dessa maneira. Isso é um abraço de afogado. Esse partido está se afogando, tem três tesoureiros presos – pode até pedir música no Fantástico –, e quer contaminar todos. Ele quer abraçar todos no abraço de afogado. Que triste está se tornando, querido irmão, deputado Hely Tarquínio, a política! Está triste. Não conseguimos discutir o mérito da votação ou da possível votação de um projeto que dá a Belo Horizonte a possibilidade de construir o seu centro administrativo. Além do centro administrativo, o projeto prevê a recepção metropolitana das pessoas que vêm trabalhar em Belo Horizonte, que são muito bem-vindas. Belo Horizonte é uma bela região, com um planejamento metropolitano importante. Recepcionaremos as pessoas que vêm trabalhar e visitar Belo Horizonte. Não conseguimos mais discutir o mérito e começamos a incriminar as pessoas. O debate aqui não é das ideias. Ele serve para destruir a imagem de uma pessoa. Não consigo entender isso. Talvez, V. Exa., como psiquiatra, consiga explicar isso, que parece ser algo doentio. Só se fala em Aécio Neves e na imagem do governador Anastasia, na tentativa de destruí-la. Isso é triste. Que golpe é esse? Foi o PT que votou no Temer, e não eu. Quem votou no PMDB e está abraçado com ele em Minas Gerais é o PT. Eu não votei em Toninho Andrade, do PMDB. Votei no Pimenta da Veiga para governador. Votei no Aécio Neves para presidente e no Aloysio Nunes Ferreira para vice-presidente. Quem votou no PMDB e quem votou no Michel Temer foi o PT. Nos encontros do PT, eles gritavam: “Michel, Michel, Michel”. Eu não gritei. O PT criou isso e, agora, chama isso de golpe. Quem pariu Temer que o embale. Quem pariu o PMDB que o embale.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Antes, gostaria de fazer uma questão de ordem, exatamente para que entendam o que direi aqui. Neste momento, farei uma declaração de voto. Logo após, iniciaremos a discussão da LDO. A redação final ficará para a parte da tarde.

O presidente – Abriremos a discussão do projeto da LDO.

Declaração de Voto

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, farei declaração de voto. Não faria declaração de voto, pois estava preparado exatamente para iniciar a discussão da LDO, mas ouvindo algumas manifestações que me antecederam, não poderia me calar diante das acusações aqui formuladas. Como tem sido praxe nesta Casa, e V. Exa. sabe disso muito bem, os parlamentares às vezes pegam o gancho de um projeto para fazerem ofensas a outras pessoas, que, no fundo, não têm semelhança com os projetos. O que votamos hoje foi a doação de um terreno para que a Prefeitura de Belo Horizonte, como bem disse o deputado João Leite, possa construir um centro administrativo. Da mesma forma, o projeto inicial prevê, sim, uma estação de metrô. O



prefeito pretende fazer uma PPP, e os recursos não serão exclusivos da prefeitura. Se assim fosse, de acordo com a minha visão, deputado Gilberto Abramo, o prefeito teria dado demonstração, exatamente, de que vai ao encontro do que a gestão moderna exige, que é a centralização e a dinamização das ações da prefeitura. As grandes capitais do nosso País, quase em sua totalidade, têm um centro administrativo unificado, onde o cidadão pode ir resolver os seus problemas de forma mais dinâmica e mais ágil. Se houver alguma dificuldade, ele já pode ir a outra autarquia, ou secretaria, e assim já resolverá o problema. De público quero dizer que, apesar de ter as minhas divergências políticas com o prefeito Marcio Lacerda, respeito e admiro a sua forma de governar e tenho de fazer justiça, dizendo que isso será uma bela ação para a nossa capital e impulsionará e revitalizará o centro da nossa cidade. A população será a grande beneficiada com essa obra. Entretanto, infelizmente, como bem dito pelo deputado João Leite, parece que há alguns parlamentares que não conseguem se desvincular do passado, de alguma obsessão em querer destruir a imagem do ex-governador e hoje senador Aécio Neves. Como mineiro, acho que, sobretudo para as regiões Norte e Nordeste da nossa capital, a escolha da Cidade Administrativa não poderia ter sido em local mais adequado. O senador Aécio foi muito criticado, quando governador, ao retirar os voos domésticos da Pampulha. Imaginem se o aeroporto aguentaria o fluxo de passageiros que temos hoje? Precisamos impulsionar o aeroporto de Confins. As delações foram citadas, e acho a opinião das pessoas extremamente engraçada. Quando querem atacar o senador Aécio, lembram das delações. Agora, para falar das delações que se vincularam ao PT, que se vincularam ao ex-presidente Lula, à presidente Dilma e a outros tantos, porque são tantos membros do PT que perdi a conta de quantos foram citados em delações... Esses já sofreram, inclusive, pedido de prisão preventiva e por aí fora. Não vou entrar no mérito. A Justiça brasileira é séria. Confio que os culpados serão responsabilizados. Isso não me incomoda. Acho engraçada a obstinação de querer destruir a imagem do governador Anastasia. Quem o conhece sabe que é um homem sério, íntegro, honrado, que tem seu patrimônio declarado e não fez qualquer maracutaia para colocar recursos em sua campanha política. Quem conhece o Prof. Anastasia sabe muito bem. O senador Aécio também. Se foi citado cinco, seis vezes, o fato é que, até agora, nada aconteceu. Vamos aguardar. O senador Aécio já subiu à tribuna inúmeras vezes. Ficam querendo atacar a própria família do senador Aécio. Deputado Hely Tarquínio, já vou concluir. Parece que sou o primeiro inscrito para discutir a LDO. Fico triste com a posição de alguns parlamentares. Ontem, ouvi um deputado, neste microfone, fazendo críticas à população que se encontrava nas galerias, para dizer que é preciso respeito, que não se pode denegrir a imagem e fazer isso ou aquilo. No dia seguinte, esse parlamentar fez o mesmo, denegrindo a imagem de A, B, C ou D. E pior: esqueceu o que fez nos últimos anos, utilizando palavras do pior nível possível. Independentemente de qualquer coisa, um homem público deve respeitar outro homem público. Eu nunca utilizei palavras de baixo calão para denegrir a imagem de um homem público, ainda que seja contrário a ele. Causa-me estranheza o fato de que aqueles que xingavam com palavras, gozações, nomes para lá e cá, fazendo comparações, musiquinhas, hoje vêm dizer que é preciso ter respeito. Ora bolas, presidente Hely Tarquínio, vamos manter a linha de coerência. Vamos fazer e esperar que a Justiça brasileira apure, como vem fazendo. Até o dia de hoje, 6 de julho, deputado João Leite, lamento que a Justiça brasileira, por enquanto, em relação às pessoas que fazem parte dos partidos que são aliados politicamente, não esteja ao lado.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, como não vamos votar a redação final, peço o encerramento da reunião pela ausência de parlamentares no Plenário.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica de plano a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

**ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2016****Presidência dos deputados Adalclever Lopes e Hely Tarquínio**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião – Chamada para a recomposição de quórum; existência de quórum para votação – Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Dirceu Ribeiro; aprovação – Requerimento do deputado Dirceu Ribeiro; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015; não apreciação da proposição – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.834/2015; não apreciação da proposição – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.096/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.055/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 779/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.231/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.267/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.433/2015; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.635/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.853/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.177/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.191/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.223/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.227/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.673/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.856/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.905/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.258/2016; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 255/2015; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 257/2015; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.666/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.999/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Registro de Presença – Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.542/2016; discursos dos deputados Antônio Jorge e Sargento Rodrigues; Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; discurso do deputado Sargento Rodrigues; encerramento da discussão; Prorrogação da Reunião; Requerimento do deputado Gustavo Corrêa; deferimento; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; votação nominal do projeto, salvo emendas e destaques; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 3, 9, 24, 40, 42, 58 e 60 a 66; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 1, 2, 4 a 8, 10 a 18, 20, 22, 25 a 34, 36, 38, 39, 41, 43 a 57 e 59; rejeição; votação nominal da Emenda nº 19; rejeição; votação nominal da Emenda nº 21; rejeição; votação nominal da Emenda nº 23; rejeição; votação nominal da Emenda nº 35; rejeição; votação nominal da Emenda nº 37; rejeição – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 779, 1.096, 1.231, 1.267, 1.433, 1.635, 1.853, 2.177, 2.191, 2.223, 2.227, 2.673, 2.751, 2.856, 2.905 e 3.055/2015 e 3.258 e 3.542/2016; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione

Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Dirceu Ribeiro) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 51 deputados. Portanto, há quórum para votação.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Dirceu Ribeiro em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.542/2016 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do deputado Dirceu Ribeiro em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 1.096 e 3.055/2015 sejam apreciados em primeiro lugar, nessa ordem, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

O deputado Gustavo Corrêa – Verificação, Sr. Presidente.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O deputado Inácio Franco – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.



O deputado Paulo Guedes – Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Gustavo Valadares – Voto “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação do requerimento.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27/7/1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto a votação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.834/2015, do deputado Deiró Marra, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guimarães o trecho de rodovia que especifica. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto a votação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.096/2015, do deputado Braulio Braz, que altera dispositivos da Lei nº 18.991, de 1º/7/2010, que dispõe sobre a finalidade do uso de imóvel doado pelo Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

A deputada Celise Laviola – Sr. Presidente, peço que registre meu voto “sim”.

O deputado Cabo Júlio – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Fred Costa – Sr. Presidente, voto “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.096/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.055/2015, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba os trechos rodoviários que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:



André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.055/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 779/2015, do deputado Cabo Júlio, que altera a redação do inciso XII do art. 13 da Lei nº 14.310, de 19/6/2002. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 50 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 779/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.231/2015, do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre plano de evacuação em caso de acidentes nas obras públicas do Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo

Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.231/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.267/2015, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Doce os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.267/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.433/2015, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.635/2015, do deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capelinha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A



presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 50 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.635/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.853/2015, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Itaguara. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.853/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.177/2015, do deputado Roberto Andrade, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mirafó o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:



André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.177/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.191/2015, dos deputados Adalclever Lopes, Agostinho Patrus Filho e Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Belo Horizonte o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Adalclever Lopes – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

– Registra “não”:

Fred Costa.

O presidente – Votaram “sim” 48 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Adalclever Lopes – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

– Registra “não”:

Fred Costa.



O presidente – Votaram “sim” 48 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.191/2015 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.223/2015, do deputado Cristiano Silveira, que dispõe sobre a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Tiago Ulisses – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.223/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.227/2015, do deputado Cabo Júlio, que proíbe o porte de arma branca no Estado e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Fred Costa – Sr. Presidente, só quero registrar meu voto “sim”. Muito obrigado.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 40 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.227/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.673/2015, do deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa para apoio a hospitais filantrópicos, hospitais de ensino e a entidades beneficentes sem fins lucrativos de assistência à saúde. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela



aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

André Quintão – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.673/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo apreendidas no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

A deputada Geisa Teixeira – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.751/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.856/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior, que dispõe sobre as penalidades pela prática de maus-tratos contra animais no Estado. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.856/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.905/2015, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibititê o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.905/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.258/2016, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a extinção das serventias que especifica e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira –



Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.258/2016 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 255/2015, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Tito Torres – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Durval Ângelo – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 255/2015 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 257/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buenópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai

submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 257/2015 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.666/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campestre o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.666/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.999/2015, da deputada Marília Campos, que cria a Área de Proteção Ambiental do Parque Fernão Dias – APA Fernão Dias – e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Cabo Júlio – Presidente, o meu voto é “sim”.

O deputado Léo Portela – Presidente, peço que registre o meu voto “sim”.

O deputado João Magalhães – Presidente, o meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.999/2015 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Meio Ambiente.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, em Plenário, do vice-prefeito municipal de Belo Horizonte e ex-deputado, Sr. Délio Malheiros.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.542/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 3, 9, 24, 40, 42 e 58, apresentadas por parlamentares; e com as Emendas nºs 60 a 66, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4 a 8, 10 a 23, 25 a 39, 41, 43 a 57 e 59. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para continuar a discutir, o deputado Antônio Jorge, que ainda dispõe de 41 minutos e 30 segundos.

O deputado Antônio Jorge* – Meu líder, deputado Agostinho, do meu bloco, me pediu que utilizasse todo o tempo possível. Farei esforço para gastar os meus 41 minutos restantes.

Deputado Leonídio, V. Exa. acompanha este deputado na Comissão de Justiça e pode dar testemunho da nossa preocupação quase obstinada com as questões da saúde.



Presidente Adalclever, caríssimos deputados presentes, público que nos acompanha pela TV Assembleia e das galerias, não seria diferente agora, por ocasião da LDO. Já tive chance de me manifestar ontem e, portanto, não gasto mais que 5 minutos para reafirmar alguns princípios na discussão da LDO.

Hoje haverá uma audiência maior aqui, junto aos pares, mas queria, acima de tudo, para que não fique como omissão, dada minha convicção e conhecimento da situação em que se encontra a saúde, mais uma vez registrar a preocupação com a questão orçamentária no sistema de saúde em Minas Gerais. Tenho insistido muito que muito pouco teria o ex-secretário Fausto, terá o secretário Sávio a fazer se nós, principalmente nós, desta Casa Legislativa, a sociedade que tem esclarecimento sobre a temática, não nos mobilizarmos em torno dos recursos da saúde.

É óbvio que temos um desafio federativo, temos uma crise federativa com profundo desequilíbrio para os estados, e principalmente para os municípios, no ambiente da saúde. Os municípios se encontram muito onerados em termos financeiros, têm a obrigação de gastar 15% de sua receita em saúde e hoje gastam 23%, 25%, alguns municípios gastam 30% de sua receita.

Há pouco observava a evolução das despesas de Belo Horizonte. A pasta da Saúde é a mais onerosa, cresceu 43%, foi a que mais cresceu nos últimos quatro anos. Isso mostra que realmente os municípios estão ficando com a conta.

Neste momento, o Estado, que passa por uma crise fiscal sem precedentes, tem encontrado, infelizmente, ao abrir a sua caixa de ferramentas, mais uma vez o contingenciamento da saúde.

Criamos alguns dispositivos e sugerimos ao relator, deputado Durval Ângelo, que aperfeiçoasse a governança financeira na saúde, principalmente garantindo um pouco mais de eficácia ou qualidade no gasto dos recursos da saúde. Além de termos pouco, é mister que se gaste melhor.

Dispositivos como o da Emenda nº 19, que propõe, de forma muito singela, que, no art. 8º, onde se relata quais serão os demonstrativos anexos à Lei Orçamentária, que já são, por obrigação, apostos no Portal da Transparência, coloque-se também os instrumentos de gestão da saúde, do relatório de gestão quadrimestral, com seus impactos financeiros, para que tenhamos um melhor acompanhamento.

Da mesma forma, solicitamos que, nos demonstrativos, se crie o demonstrativo dos recursos aplicados nas ações do Fuprem ou nas ações de enfrentamento aos fenômenos de álcool e drogas. Dado que é uma política intersetorial hoje o acompanhamento do exercício dessa política, no que tange à sua execução orçamentária e financeira, é quase que um garimpo na peça orçamentária. É preciso transparência, e isso ajudará o gestor, inclusive o próprio núcleo central do governo, a acompanhar, já que existem muitas ações dispersas.

Propomos uma questão, que julgo de extrema relevância. Ela é absolutamente operacional – deputado Durval Ângelo, deputada Marília Campos –, é o desafio de manter o fluxo de pagamento para as entidades privadas parceiras do SUS. A imensa maioria da nossa rede hospitalar é filantrópica, conveniada com o SUS, credenciada ao SUS; são CNPJs privados sem fins lucrativos. Há uma máxima, no Estado, que diz que entidade com certidão positivada não pode receber recursos. Se uma entidade tem uma certidão positivada, deputado Arlen, de duas, uma: ou a Santa Casa teve uma má gestão, ou, o que é muito e muitíssimo corrente, os recursos não foram suficientes para a manutenção dos serviços. O gestor da Santa Casa vai pagar certidão do Fundo de Garantia ou vai comprar os insumos e medicamentos, os fios cirúrgicos para manter a sua atividade? Então, é muito usual que os nossos parceiros filantrópicos tenham, por vez ou outra, as suas certidões positivadas. E, nesse momento, há um enorme atraso, uma inadimplência muito expressiva do próprio governo estadual com esses prestadores. O nosso Cosems, o Colegiado de Secretários de Saúde, já tem duas ações judiciais contra o Estado – uma coisa inimaginável há poucos meses –, buscando exatamente isso, que o Estado pague os seus atrasados nos serviços correntes do SUS. Então, deputado Durval Ângelo, o que estamos pedindo aqui... Porque há farta jurisprudência, há atos normativos da Secretaria do Tesouro, há atos normativos da Receita Federal, que dizem claramente que, em situações excepcionais, em se tratando de educação, saúde ou assistência social, poderá, sim, ser efetuado o pagamento para essas entidades, ainda que tenham suas



certidões positivadas. Se a gestão não funcionou, seja por qual motivo for, a sociedade não pode ficar sem o serviço. Em muitas situações, há uma única Apae naquela cidade, em muitas situações há uma única Santa Casa naquela cidade, e até porque existe a legislação. Os governos se apegam, muitas vezes, à questão normativa de que há um impedimento legal, mas fazem-no por puro oportunismo. É uma forma de não se comprometer com a continuidade dos pagamentos. Então, clamo à base do governo que tem acesso a esse dispositivo, que não traz nenhuma conotação de colorido partidário, mas deixa muito clara a necessidade de darmos continuidade ao serviço das nossas Santas Casas.

Estamos também solicitando um debate. Essas emendas todas foram rejeitadas pelo relator. Acho que é importante marcarmos essa posição, porque o debate é imprescindível, se não o acolhermos agora, inevitavelmente teremos de discutir, em muito pouco tempo, a questão da eficácia do orçamento da saúde.

Tenho insistido no fato de que, desde a regulamentação da emenda constitucional à Lei nº 141, em 2012, quando eu ainda estava no governo, os governos vêm alocando recurso da regulamentação da emenda dos 12% com uma mão, mas vêm tirando com a outra.

Por quê? Porque aquilo que era receita própria das unidades de saúde a Fhemig produz contra o SUS federal. Internar-se o paciente, emite-se o laudo de AIH e se recebe por essa internação. A Funed é uma grande prestadora. A vacina contra meningite que o Ministério da Saúde distribui em todo o Brasil é produzida pela Funed, numa parceria de transferência de tecnologia. Todo o faturamento dessa venda ao Brasil é feito através da Funed, isso é receita dela. A Hemominas, quando faz transfusão de sangue, emite uma fatura contra o SUS, é receita dela. Vejam os senhores, antes essas receitas compunham os orçamentos das nossas indiretas. O que o governo fez? Agora ele é obrigado a colocar o recurso de 12%, mas a Lei nº 141 não impede que esse recurso seja retirado. Então, entrou por um lado e saiu por outro, e o impacto financeiro foi muito grande.

Estamos discutindo, através dos dispositivos destacados, que as receitas das unidades de saúde permaneçam com elas, como acontecia no passado e, principalmente, que haja uma urgente crítica à necessidade de se definir isso nesta Casa. Se não for nesta LDO, vamos trazer o assunto à baila na LOA e discuti-lo novamente. Minas Gerais precisa disciplinar a matéria, é papel e dever legislativo. Temos de legislar sobre um limite máximo que a saúde pode passar com o Restos a Pagar.

Essa é uma outra questão. Minas Gerais vem cumprindo seus 12% – cumpriu em 2013, em 2014 e em 2015 –, mas tanto o governo anterior quanto este recorrem a um expediente muito nefasto para a saúde, que é acumular um volume imenso de Restos a Pagar. Este ano quase 40% do orçamento ficaram em Restos a Pagar. Como pode haver efetividade assim? O Restos a Pagar não significa dinheiro no prestador, é dinheiro contabilizado no caixa único, que não chega ao profissional da saúde, que não chega ao município, que não chega ao cidadão.

Entendo as dificuldades fiscais. Mais do que um argumento tecnicista, esse é um argumento a favor da sociedade. Em todas as pesquisas de opinião pública, deputado Durval, a saúde é a primeira preocupação da sociedade. Nós, parlamentares com mandato por Minas Gerais, temos de ter a sabedoria de colocar qualquer questão de ordem partidária secundada neste debate, porque, até pela história recente, isso é um pecado. Insisto: não é um pecado no sentido legal. Não acuso o governo Pimentel de ter cometido nenhuma ilegalidade, como também não acuso o governo passado, mas é uma ação legal, em grande desfavor da execução da saúde e com grande prejuízo para a capacidade de gestão do Secretário de Estado de Saúde, que é o gestor do SUS em Minas Gerais. Precisamos superar essa questão. A proposta que trouxemos é que o Restos a Pagar se limitasse a 15%.

É lógico, e até me dirijo ao deputado Durval neste debate, porque sei que é de alto nível. Passarei a palavra ao deputado, insistindo que o dispositivo que prevê o limite de 15% – e as despesas correntes de dezembro, que atualmente só podem ser pagas em janeiro – é mais que suficiente para o planejamento das obras e para reter aquele empenhado que ainda não foi executado nem medido em termos de convênios que podem exigir medição e garantia ao secretário estadual a percepção das suas verdadeiras cotas financeiras, para poder cumprir seu papel junto aos programas, principalmente os que têm repasse fundo a fundo. Fique à vontade, deputado Durval.



O deputado Durval Ângelo (em aparte) – Sr. Deputado, V. Exa. foi secretário de Saúde. Aprovamos aqui as contas de ex-governadores e os 12% da saúde de 2010 para 2011, de 2011 para 2012, de 2012 para 2013 e de 2014 para 2015.

E agora está sendo apreciada a conta de 2015. Em todas essas contas aprovadas na saúde, atingiram-se os 12% com Restos a Pagar, sem limites. Então, na realidade, isso tem sido uma prática. Mesmo concordando com V. Exa., tem sido uma prática que nunca foi questionada nem no Tribunal de Contas nem agora. Acho que, num momento de dificuldade financeira do Estado, temos esse rigor, que seria correto, no olhar para a saúde, mas não facilita muito a vida do governo.

E outra coisa: há um ex-governador de Minas que é réu numa ação que tramita agora no Tribunal de Justiça porque usou os 12% da saúde em recurso na Cota 40 – que ainda não tinha sido captada pelo Estado – da Copasa, o que era mais absurdo ainda. Os índices da saúde eram mascarados. A Promotoria da Saúde identificou que o que estava lá, na saúde, aprovado pelo Tribunal de Contas, aprovado pela Assembleia, não foi nem executado na Copasa. Então, acho que, pelo menos isso, estancamos em 2015. Não usamos nem na Copanor nem na Copasa recursos investidos de saneamento básico para mascarar o dado da saúde. Como líder do governo, digo que não temos condição de acolher essa emenda. Primeiro: não estamos fazendo isso de forma ilegal. Só conseguimos dar legalidade ao orçamento de 2015 incluindo os Restos a Pagar de 2014, que foram muitos e significativos. Então, quero lhe dizer que não há condições, a comissão que apreciou a LDO não acolheu isso um pouco em razão dessa orientação. Vejo que, para um universo de médio e de longo prazo...

E outra: é bom que se diga, o governo interino em Brasília aumentou a Desvinculação das Receitas da União – DRU –, questão que V. Exa. aqui denunciou, inclusive com o voto de todos os partidos, sem exceção. Acho que só o Psol, com seis parlamentares, é que fechou questão contra. A DRU foi para 30% e agora passa a ser partilhada por estados e municípios. Vamos ter redução maior ainda na saúde.

O deputado Antônio Jorge* – Ainda não.

O deputado Durval Ângelo (em aparte) – A meta, quando da aprovação, é que o mesmo instrumento que o governo federal tem de 20, agora em 30, os estados e municípios também vão ter.

O deputado Antônio Jorge* – Obrigado, deputado Durval. Vou passar a palavra aos nobres deputados, mas antes quero dizer que a questão é exatamente essa, deputado Durval: ou nós, em algum momento, tomamos uma atitude, que eu diria, com muita grandeza do ponto de vista cívico, do ponto de vista do interesse coletivo, e nos autocriticamos para além das nossas diferenças partidárias, ou teremos na nossa história, seguramente, de carregar a mácula de não termos feito nada a favor da saúde.

Eu era gestor do governo passado e não tenho constrangimento em dizer que o governo passado usou esse expediente, e muito. Deixei isso claro antes de sua intervenção. É claro também que o governador Pimentel não comete, nessa questão, nenhuma ilegalidade. Mas quero, mais uma vez, insistir: comete uma ação de grande desfavor à saúde. O secretário Sávio não terá margem alguma. A situação está se agravando. As despesas correntes estão atrasadas. A peça orçamentária apresentada pelo governo, analisada pela base do governo e relatada por V. Exa. faz um cronograma de diminuição progressiva dos déficits primários do Estado, muito graves, aliás. Mas com uma projeção, que não sabemos tecnicamente se é muito precisa, de uma curva descendente.

Por que não podemos começar a discutir, deputado Durval Ângelo, queridos e prezados deputados, uma programação ascendente? Vejam, neste ano, não pode passar de 25; no ano que vem, não pode passar de 20; e, no último ano, não pode passar de 15. Vamos ter que fazer alguma coisa, pois é nossa obrigação. Se alguma coisa do passado atendeu, e temos hoje a conclusão de que foi pernicioso para os interesses da saúde, precisamos recorrer e mudar essa realidade.

Queria fazer somente um reparo a V. Exa.: não existe essa ação de desvio dos recursos da saúde. Ela foi tentada por três vezes, e a última vez foi às vésperas do debate nacional para a campanha presidencial e já foi arquivada, porque, antes de 2012, não apenas o Estado de Minas Gerais, mas também todos os outros estados, inclusive os governados pelo Partido dos Trabalhadores, aplicavam recursos em saneamento e os computavam como saúde. Essa é uma discussão vencida; a partir de

2012 é que conta, pois tivemos a regulamentação, e os estados estão cumprindo, infelizmente, com esse expediente, que é muito negativo para a saúde.

Deputado Durval Ângelo, estou marcando uma posição de preocupação muito sincera em relação à saúde e ao trabalho deste governo na saúde e vou insistir com V. Exa., que, tenho certeza, é uma pessoa interessada em tudo que impacta a sociedade: quem sabe, na Loas, tenhamos um acordo, pelo menos, de um percentual regressivo para que, até 2018, tenhamos um mínimo de 10% ou 15% de restos a pagar a favor da execução orçamentária. Vejam os senhores e as senhoras: não é um pedido de incremento de receitas na saúde, mas um pedido de autorização para que o que é da saúde seja gasto no próprio ano.

Sempre digo que não deve ser uma inimizade, mas o secretário de Saúde que não tem tensão com o secretário de Planejamento e o de Fazenda não é um bom secretário, já que o secretário de Saúde deve pressionar para gastar. O gasto com saúde não é aquele de atividade-meio, disperso, mas sim um gasto com fazer saúde com as pessoas; e é preciso gastar – e muito mais – com saúde em Minas Gerais.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Deputado Antônio Jorge, compartilhamos realmente da mesma ideia, e quero deixar claro aqui que as coisas são pensadas de uma maneira e, às vezes, não são executadas. Ontem mesmo, vimos aqui que, se não fosse uma ação do presidente Adalclever Lopes junto à oposição, a base do governador não teria os votos para aprovar a tão sonhada reforma administrativa que está sendo considerada a panaceia para a resolução dos problemas de Minas Gerais.

Em alguns momentos em que ouvi aqui esse grande deputado, há muito tempo aqui na Assembleia Legislativa, combativo, agora lutando para defender o governo que vive em um momento de crise e que erra muito, lembrei-me daquela reunião do Cosems, em que o senhor também estava presente, deputado Antônio Jorge, assim como o ministro, em Contagem. Lá, vi o vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde colocar as promessas de campanha do governador: gastar, no mínimo, 12%; tentar gastar mais do que 12%; não deixar gastar dinheiro com a Copasa. Eu estava ao lado do governador e disse: que coisa boa, governador. E ele brincou comigo dizendo que não seria fácil. Disse-lhe que seria sim, pois, por exemplo, o dinheiro era gasto indistintamente na Copasa.

Mas o que acontece? Foi criada uma Copasa menor, uma Copasinha para atender aquelas pessoas que não têm direito à água no Vale do Jequitinhonha, tão decantado. O próprio presidente Lula foi lá dizendo que mudaria, mas acabou não mudando tanto. Quais foram as grandes ações lá? O asfalto feito pelo governador Aécio Neves, a telefonia celular e a Copanor. E o que aconteceu? O vice-presidente do conselho estadual foi convencido por mim, que sou oposição ao governo que está aí, de que, se tirasse os recursos que vão para a Copanor, não haveria recursos para a água no Jequitinhonha, que é saúde.

Então o conselho autorizou, o governo atual mandou no orçamento sem enviar para o conselho. Em novembro tive que fazer uma reunião na Comissão de Saúde, da qual o senhor participou com todo mundo, para resolvermos esse problema. Ontem mesmo eu estava com o presidente da Copanor verificando o seguinte: dos R\$48.000.000,00 que a saúde teria que repassar para a Copanor para dar água para as pessoas, para terminar obras já iniciadas, repassaram até hoje R\$14.000.000,00. Por que o Fausto caiu? Porque não passam recursos para ele. Um hospital como o Mário Pena ficar sem receber o Pro-Hosp é falência. O nosso líder Durval fala que vai criar dificuldades para o governo. Mas o governo está aí para ter dificuldade. Quem não pode ter dificuldade é a pessoa que está lá em Teófilo Otoni na frente do Hospital Santa Rosália, precisando de uma internação, precisando de um leito de UTI e morrendo na porta do hospital com o desfinanciamento. Nós, que sempre queremos ajudar o governo, qualquer que seja ele, inclusive o que está aí, pedimos ao Dr. Gilmar para fazer um levantamento que comprove que, nesses 12 anos de governo federal do PT, Minas Gerais vem tendo sua participação caindo no bolo da saúde. Hoje estamos em 15º lugar. O governo do PT tratou os mineiros como 15ª classe no meio dos Estados. Colocou o Tocantins na frente, que não tem nem capacidade instalada. O senhor sabe disso, Antônio Jorge. Então estamos fazendo um movimento. Já estivemos com o Sávio Souza Cruz, estamos pedindo uma audiência com o vice-governador, já mandamos esse documento para os senadores mineiros e para todos os deputados, já conversamos com o secretário-geral do



PMDB, o secretário Mauro Lopes, que se prontificou a ir ao Michel Temer mostrar o que está sendo feito, com o objetivo de tentar corrigir erros do passado, como o senhor está querendo agora. Existiu algum erro no passado. Se o outro errou, vamos continuar errando? O outro errou então vamos arrebentar com o povo, mas preservar o governo? Não tem jeito. No ano de 2014, ficaram R\$1.400.000.000,00 de Restos a Pagar. Foi aí que realmente começou o grande problema. Agora o Restos a Pagar já chegou a R\$4.000.000.000,00 e, se nada for feito até o final do ano, vai chegar a R\$5.000.000.000,00. Desde agosto não são repassados recursos do programa Saúde em Casa para os municípios, para combater a dengue, a zika e a chikungunya. Daqui a um mês vai inteirar um ano sem recurso. Mas, no passado, deixaram um ou dois quadrimestres, então agora podemos ficar quatro quadrimestres. Dos 27 programas de transferência de recursos para os municípios, todos estão atrasados. Urgência e emergência, pronto-socorro, hospitais, tudo quebrando. Temos que realmente olhar e falar: “Governo, nós queremos te ajudar. Estamos buscando recursos”.

Pasmem os senhores: ontem o deputado João Leite me entregou um documento que nós já entregamos para o presidente da Fhemig. Em 2013, foi feito um convênio com o governo federal – e o senhor era gestor – para consertar, melhorar e equipar a pediatria do Hospital Júlia Kubitschek, no Barreiro. Foram destinados R\$2.200.000,00. Esse documento está assinado por um membro do atual governo que diz que vai dispensar esse recurso porque não tem R\$1.000.000,00 para dar a contrapartida. Então é essa situação, meus amigos do PMDB, do PT, da base do governo. Os deputados da base do governo não estavam aqui para votar, mas os da oposição estavam.

O governador pode colocar a nossa presença aqui na cota do presidente Adalclever Lopes, que cumpre compromissos, que defende o governo e que dá espaço para que a oposição possa trabalhar. Se por acaso a oposição ouvisse um pouco mais aqueles que querem que as coisas realmente funcionem, seriam evitadas situações como a da Fhemig, que está devolvendo dinheiro federal, porque não consegue R\$1.000.000,00 de um orçamento de quase R\$5.000.000.000,00 da saúde.

Estou totalmente de acordo. Realmente V. Exa. achou essa lacuna do passado e do presente. Tomara que essa não seja uma lacuna do futuro. Temos de defender o governo de Minas? Temos. Mas temos de defender primeiro aquela pessoa que está no posto de saúde, sem remédio, em Januária, em Capitão Eneas, em Salinas, em Teófilo Otôni, em Uberlândia, que está num caos total, com seus hospitais fechando.

Se o líder quiser, pode nos chamar. Conversaremos, discutiremos, porque haverá uma queda sem fim de secretários de saúde que não cumprem a obrigação nem o que é acordado, o que é assinado. O que acontece? O povo, a sociedade fica no sofrimento. Vamos lutar para trazer mais dinheiro de Brasília.

Vamos tentar priorizar os recursos. Podemos pegar um pouco de dinheiro da Codemig. O que temos de votar para que a Codemig possa colocar um pouquinho de dinheiro na saúde? A Codemig pode parar um pouquinho de dar dinheiro para fazer festas nas cidades. Festa é importante, mas esse recurso pode ser destinado à saúde para, primeiramente, atender à saúde. Se sobrar, a gente faz festa; se sobrar, a gente cria mais secretarias; se sobrar, a gente vê o que pode ser feito. E a questão de, apenas em dois anos de governo PT, saírem de R\$1.400.000.000,00, o que já foi um erro, passando para R\$4.500.000.000,00 de Restos a Pagar. Com R\$3.000.000.000,00 em dois anos, chegaremos ao fim do ano com R\$10.000.000.000,00 na saúde e, infelizmente, muitas mortes no currículo do governo.

O deputado Antônio Jorge* – Muito obrigado, deputado Arlen Santiago, por suas contribuições. Foi muito bem lembrado que o atual governo também usa o orçamento da saúde para saneamento na Copanor. Era legal, é legal, por isso o governo tem utilizado o recurso assim.

O deputado João Leite (em aparte)* – Gostaria de parabenizá-lo. Serei rápido até para que V. Exa. tenha tempo para concluir sua fala densa, com muito conteúdo. Elogio o meu querido amigo Antônio Jorge por duas razões. Primeiro por reconhecer que, como gestor, teve problemas.

O deputado Antônio Jorge* – Muitos.



O deputado João Leite (em aparte)* – Creio que é grandeza. A segunda razão é dizer que V. Exa. foi um héracles. Foi o 15º em repasse de dinheiro federal, nos anos do governo do PT, e gestor de um Estado com 853 municípios? Considerando os problemas de Minas Gerais, V. Exa. está de parabéns. V. Exa. conseguiu gerir uma área, mesmo com o governo do PT tendo colocado Minas Gerais em 15º lugar entre os 27 Estados. Parabéns, deputado Antônio Jorge, pelo seu trabalho!

Ontem sofri, assim como toda minha família, por causa da saúde. Tenho um tio que é da reserva do Exército e ele está perto dos 90 anos de idade. Ele serviu ao Brasil, nas forças brasileiras no Canal de Suez. Meu tio ontem não pôde contar com uma ambulância. Ele teve um AVC, e não havia uma ambulância para transportá-lo. Ele tem o plano do Exército, mas foi atendido perto de casa. Não tinham como transferi-lo.

Na segunda-feira, estive no Júlia Kubitschek, onde nascem 200 crianças do Barreiro. Nas enfermarias, há água caindo, vazamentos por todo lado. Creio que utilizarei o recesso da Assembleia para visitar esses lugares. Como o presidente da Comissão de Saúde disse, proteger o governo do Estado? Proteger essas pessoas, como meu tio, que serviu ao País.

Ele viveu anos fora do Brasil, servindo ao País, e agora, aos 90 anos, não tem direito a atendimento digno no seu Estado, Minas Gerais. É lamentável. V. Exa. está de parabéns.

O deputado Antônio Jorge* – Obrigado, deputado. Deputado Paulo Guedes, só lhe peço 1 minuto. Vou lhe dar a palavra, com brevidade.

Gostaria muito da atenção de todos. Vou me dirigir ao público que nos assiste pela TV Assembleia. A política edifica, e o contraditório faz parte da robustez da nossa democracia. Aqui temos um poder muito grande do ponto de vista opinativo. Esta tribuna é inviolável, e, por obrigação, temos de ser coerentes. Não há nenhum problema no debate. Mas quero insistir, até porque posso fazer esse posicionamento. Fui governo. Não fui base de governo na Assembleia, fui governo no Executivo. Quando digo que o governo podia ter feito melhor nessa questão orçamentária é porque tenho convicção de que isso afetou o resultado para a sociedade. Não estou aqui para proteger A nem B. Na minha concepção de homem público, a sociedade vem antes dos partidos e dos governos.

Chamo os parlamentares à consciência porque, em algum momento, recairá sobre nós a necessidade de tomarmos posicionamento a favor da saúde. Esse posicionamento a favor do governo por causa da questão fiscal é um posicionamento contra a sociedade. E, se foi feito no passado, ele permanece. Mas estamos aqui pela sociedade. Serei repetitivo e exaustivo. Esse é o melhor contributo que posso dar, porque são 30 anos de vida pública dedicados à causa da saúde, e carrego muitas frustrações como gestor. Não é um mar de rosas, é um cargo espinhoso. Tenho profunda solidariedade com os gestores municipais. E agora o secretário Sávio vai fazer muito pouco, se não o ajudarmos a ter a exata correção do orçamento e os recursos necessários para a saúde.

Enfim, tenho muita convicção de que as pessoas são do bem. Tenho a certeza, deputado Durval Ângelo, que esse é um assunto findado, e, dada a minha experiência, acho que eu deveria ter negociado mais com o governo previamente. Mas quero deixar público a minha disponibilidade em contribuir e provocá-lo, no bom sentido sempre, para que agora, na LOA ou para frente, possamos discutir essa questão com o governo. É preciso priorizar de fato a execução da saúde.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* – Muito obrigado, deputado. Ouvi atentamente a fala de V. Exa. e de outros parlamentares. No que se refere à questão de Minas e do governo federal, de os repasses a Minas Gerais serem menores do que o Estado do Tocantins, chamou-me muita atenção o assunto, para que a gente possa descobrir o motivo disso aí. E talvez um dos motivos seja cobrar ações da nossa bancada federal e dos senadores de Minas. Não podemos admitir que um Estado que tem a 2ª maior bancada do País seja igual aos outros estados, pois temos a 2ª maior população e a 2ª maior representação no Congresso.

O deputado Antônio Jorge* – Perdão, deputado, segunda capacidade instalada, que exige recurso para movimentar.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* – Justamente. E aí pergunto à nossa bancada federal e aos três senadores de Minas: o que estão fazendo? Estão dormindo? Estão precisando acordar para defender o Estado. Se isso vem acontecendo



nos últimos anos é porque, talvez, a bancada se tenha esquecido dos compromissos com o Estado, dos compromissos de cobrar.

Minas, no governo do presidente Lula, chegou a ter sete ministros, inclusive o ministro da Saúde, que era o Saraiva Felipe. Se isso está acontecendo agora, está na hora de esta Casa fazer um seminário e convocar os deputados federais de Minas e os três senadores a Minas para verem a situação.

Parece-me que nem moram no Estado, mudaram de vez para Brasília e para o Rio e se esqueceram de Minas Gerais. Então, fica aí um puxão de orelha para o senador Aécio Neves, o senador Anastasia, o senador Perrella e toda bancada federal de Minas Gerais, para que eles, os responsáveis por votar o orçamento e alocar suas emendas, olhem para este Estado. Está mais do que na hora de isso acontecer. Sabemos das dificuldades, e V. Exa. que já esteve à frente da Secretaria de Saúde de Minas Gerais conhece as dificuldades. Acompanhei atentamente a sua fala. Acho, então, que precisamos pensar uma forma de somarmos forças para isso e nos colocamos à disposição. Acho que a Assembleia Legislativa está mais do que na hora de cobrar uma atitude da bancada federal mineira, tanto na Câmara dos Deputados quando no Senado Federal. Muito obrigado.

O deputado Antônio Jorge* – Obrigado, deputado Paulo Guedes. Nos meus derradeiros segundos, quero dizer que tenho feito essa intervenção de forma reiterada. Hoje felizmente o Ministério Público de Minas Gerais tem um trabalho técnico que aponta essa iniquidade muito grande dos tratamentos. O deputado Toninho Pinheiro, esta semana, esteve com o ministro, mas V. Exa., deputado Paulo Guedes, está coberto de razão: precisamos de uma força. Como dizia o ex-presidente Itamar Franco, Minas precisa levantar a sua voz. Faço isso em homenagem ao secretário Vítor Valverde, que é de Juiz de Fora e tem uma grande referência no ex-presidente Itamar Franco. Precisamos, de fato, dizer para Brasília: Minas deve sair dessa iniquidade. Esse unísono deve ser da sociedade e dos parlamentares mineiros estaduais e federais. A Minas o que é de Minas, mas também Minas deve fazer o seu dever de casa, por isso precisamos aperfeiçoar o exercício da LDO. Muito obrigado, Sr. Presidente. Achei que não gastaria o tempo. Não gastei, sobram 23 segundos.

O presidente – Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes das galerias e público que nos assiste pela TV Assembleia, também nos inscrevemos para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Projeto de Lei nº 3.542, que, na verdade, é um projeto que mostra quanto o governo do Estado, na pessoa do governador Fernando Pimentel, é inconsequente e administra pessimamente o Estado de Minas Gerais. Antes de adentrar o conteúdo da matéria, passo a palavra ao deputado Arlen Santiago, que solicitou aparte.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Temos dois ouvidos e acabamos tendo de escutar muita coisa. Não tem jeito de tapar o ouvido. Nós tivemos um governo de muitos anos do PT lá. Parece que o deputado Paulo Guedes não enxergou o que aconteceu.

Passamos, na área de média e alta complexidades, para o 15º lugar *per capita*, com a 2ª capacidade instalada. Quem era o presidente? Lula. Quem era a presidenta? Dilma. Quem era o secretário de Saúde? Helvécio, que deixou retirar mais de R\$1.000.000.000,00.

Temos aqui a fotografia de ontem do deputado Toninho Pinheiro, em que se diz: “Em audiência com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, e o secretário de Atenção à Saúde, Francisco Figueiredo, o deputado Toninho Pinheiro levou pleito da Comissão de Saúde de Minas Gerais e do Ministério Público de Minas Gerais solicitando recursos de mais de R\$1.000.000.000,00, que foram repassados a menos para o teto MAC em Minas Gerais. Solicitamos também carência de um ano do pagamento das dívidas das santas casas e dos hospitais filantrópicos do Brasil, que estão desesperados”. O ministro se prontificou a estudar o caso.

O que não foi feito em 13 anos em relação a esse desmonte acabou causando impacto. Neste momento, todos os senadores e todos os deputados já receberam o documento muitíssimo bem elaborado pelo Dr. Gilmar de Assis, do CAO-Saúde, para poder mandar dinheiro para o PT de Minas Gerais. Se conseguirmos isso, o que acontecerá? Ele mandará

R\$1.000.000.000,00, que é o montante que o governo sonou atrapalhando a sociedade, talvez porque o grande líder Aécio era o governador de Minas.

Era isso o que tinha a dizer, apenas para restabelecer que isso está sendo trabalhado, que documentos estão sendo postos e que bancadas estão sendo buscadas para tentar, com um novo governo, fazer aquilo que foi negado à sociedade mineira, com muito sofrimento, na área da saúde, pelo presidente Lula, pela presidenta Dilma, por vários ministros e também por um secretário de Saúde que hoje é o terror do funcionalismo do Estado, pois está parcelando o salário dos funcionários do Estado.

Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço a V. Exa., deputado Paulo Guedes, peço que se assente e tenha um pouco de paciência, pois eu falaria de um assunto, mas o deputado Arlen Santiago trouxe questões de outra área. Peço paciência a V. Exa.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, peço que suspenda a reunião por 1 minuto.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. A presidência pede às pessoas não credenciadas que não ocupem a antessala do Plenário e o Plenário, onde devem ficar somente os deputados e os assessores credenciados da Maioria e da Minoria. Com a palavra, para continuar a discutir o projeto, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. Retomando nossa fala, o governador Fernando Pimentel encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei nº 3.542/2016, que dispõe sobre a LDO. Essa lei tem previsão de gastos para os próximos quatro anos. O governador prevê um déficit de R\$4.893.683.910,00, ou seja, de quase R\$5.000.000.000,00 para o exercício de 2016.

O que nos preocupa, Sr. Presidente, por várias vezes tenho dito nesta tribuna e repetido exaustivamente, é que o governador vem falseando e mentindo todos os dias à imprensa, principalmente em relação ao déficit do Estado. Quando assumiram o governo, em janeiro de 2015, disseram que o Estado tinha um déficit de R\$7.000.000.000,00. Repetiram essa mentira todo o tempo; o governador Fernando Pimentel, o secretário de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães; o secretário de Fazenda, José Afonso Bicalho; além dos líderes da base governista nesta Casa.

Por que entendo que Pimentel está mentindo o tempo todo? Ora, ele está mentindo ou é absolutamente irresponsável com o dinheiro público, que não sai do bolso do governador, que é do bolso do contribuinte. Por que afirmo isso na tribuna desta Casa? Por uma simples lógica, presidente: o mesmo governador que disse que havia déficit de R\$7.000.000.000,00 é o mesmo que, no dia 5/1/2015, quando havia acabado de assumir o governo, encaminhou, numa mensagem a esta Casa, um projeto de lei criando três secretarias e centenas de cargos comissionados.

Pergunto, então, aos que estão nos ouvindo, vendo pela TV Assembleia, ao cidadão que paga a conta, ao trabalhador que paga esses impostos: uma pessoa que assume a administração de um Estado, que diz estar devendo R\$7.000.000.000,00, e cria mais três secretarias é governador responsável? Não.

Costumo dizer que orçamento público não difere muito do orçamento doméstico. No orçamento doméstico você tem a renda familiar, tem o salário da esposa, do esposo, a renda total. Se você tem uma renda de R\$5.000,00, R\$8.000,00, R\$10.000,00 e tem um déficit todo mês de R\$12.000,00 ou de R\$13.000,00, tem de reduzir os gastos. Como isso é feito? Não



é preciso ser o matemático Oswald de Souza. Não precisa ser um *expert* em finanças para saber que, se se gastam R\$13.000,00 por mês e a renda familiar é de R\$10.000,00, ficam, todo mês, R\$3.000,00 no vermelho.

Como reduzir esse déficit e ter uma renda familiar que pague? É preciso identificar aquilo que, no entendimento da família, não estiver entre as prioridades. Podemos dizer que seria o luxo ou o que não é essencial. É assim que toda família faz. Se todo final de semana a família vai almoçar fora, se todo final de semana tem um cinema, se o celular está com gastos altos, tudo que não é prioridade, é preciso sentar-se, organizar com a família e cortar.

O que o governador do Estado, Fernando Pimentel, faz com Minas Gerais? Diz aos mineiros que há um déficit de R\$7.000.000.000,00 e que vai continuar gastando, que vai aumentar a dívida.

É isso que o Pimentel tem feito: tem aumentado a dívida do Estado por absoluta irresponsabilidade com as finanças, com as contas públicas de Minas Gerais.

Conseguimos identificar, deputado Arlen Santiago, deputado Antônio Jorge, colocaram aqui muito bem as mazelas da área de saúde do Estado, colocaram aqui a irresponsabilidade, deputado Antônio Jorge, do governo em administrar a questão da saúde no Estado, os atos inconsequentes e irresponsáveis do governo em relação à saúde dos mineiros. Nós da oposição, deputado Antônio Jorge, tivemos de fazer uma representação no Ministério Público, porque o PT de Minas Gerais queria gastar R\$3.400.000,00 para pintar as farmácias nas cores do partido. Se não fosse a representação feita pelo bloco de oposição, R\$3.400.000,00 teriam ido para o ralo. Era o PT querendo pintar as fachadas das farmácias, as chamadas Farmácias de Minas, nas cores do seu partido, uma irresponsabilidade sem precedentes. Nós, da oposição, atentos, fizemos a representação. O Ministério Público tomou as providências para não permitir que aquilo fosse feito. Mesmo assim, tivemos notícias de que, em algumas cidades do interior, as farmácias foram pintadas nas cores do partido, como se o Estado pertencesse ao PT, e não o partido estivesse a serviço do povo. Esse patrimonialismo, essa mistura entre o público e o privado é feita pelo PT há um bom tempo. Que o diga a Operação Lava Jato, que tem desnudado de forma muito clara, de forma muito séria, de forma muito responsável, esses atos. Basta dar uma olhadinha nas condições em que estão os seus tesoureiros.

Nessa Lei de Diretrizes Orçamentárias, presidente, percebemos que o governo é irresponsável na forma como conduz, na forma como encaminha. Já que os deputados Antônio Jorge e Arlen Santiago trouxeram os números da saúde, deputado Gilberto Abramo, passaremos a apresentar os números da segurança pública do Estado, ou seja, como esse governador conseguiu desestruturar toda a Secretaria de Defesa Social, como esse governador é irresponsável, é inconsequente e mentiroso. Repito: Fernando Pimentel tem de trocar de sobrenome, não é Pimentel, mas Pinotel, o nariz dele é de Pinóquio, porque mentiroso e irresponsável é o governador do Estado.

Trouxe, aqui, presidente, deputado Adalclever Lopes, alguns dados. Por que a sua querida Caratinga, por que a cidade de Perdões, onde V. Exa. tem base política, estão entregues à própria sorte? Por que os índices de criminalidade e de violência estão aumentando assustadoramente em Minas Gerais? O cidadão que está nos ouvindo vai entender a irresponsabilidade deste governo. Ele criou três secretarias, deputado Gilberto Abramo, no primeiro projeto que enviou a esta Casa no dia 5 de janeiro.

E agora a tão propalada reforma administrativa, aprovada aqui pela base de governo com o nosso voto contrário, com a nossa oposição, com a nossa obstrução, diferentemente do que diz o deputado Durval Ângelo no jornal *O Tempo*, num artigo hoje, que a oposição quer fazer oposição por oposição, o “quanto pior, melhor”. Não, deputado. A oposição está fazendo aqui aquilo que há de mais belo na democracia. O que há de mais belo na democracia chama-se exercer controle e fiscalizar.

Solicito à assessoria da Mesa que me forneça a Constituição do Estado. Se possível, já aberta no art. 73, pois vamos discorrer sobre o papel que temos nesta Casa, deputado Antônio Jorge, de fiscalizar os atos do Executivo, de exercer o controle. Esse é o papel do nosso Poder. É de todos os deputados. Mas, infelizmente, deputados que estão na base de governo não são diferentes neste governo. Aí, vou ter de falar: não é diferente. Nos governos anteriores também foi assim. Deputados da base de governo entendem que devem ser iguaizinhos a vaquinhas de presépio: tudo que o governador manda



votar, eles votam. Base de governo costuma ser tão cega, mas tão cega, que, se o governador mandar um projeto de lei para esta Casa para acabar com a pensão da mãe do deputado, ele vota a favor para retirar a pensão de sua mãe, tamanha é a subserviência. Resta a nós, da oposição, exercer o controle.

O art. 73, em seu *caput*, traz o seguinte, Sr. Presidente: “A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz. II – O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas”. Por que temos de denunciar as mazelas deste governo? Exercer esse controle, cobrar? Porque o § 2º do art. 73 traz o seguinte: “§ 2º – É direito da sociedade manter-se correta e oportunamente informada de ato, fato ou omissão, imputáveis a órgão, agente político, servidor público ou empregado público e de que tenham resultado ou possam resultar: I – ofensa à moralidade administrativa, ao patrimônio público e aos demais interesses legítimos, coletivos ou difusos”. É nosso dever, dos deputados, fiscalizar e denunciar.

Sr. Presidente Adalclever, a Comissão de Segurança Pública esteve quinta-feira passada na cidade de Nepomuceno, perto de Perdões. Não é diferente nem em Perdões, nem em Nepomuceno, nem na sua querida Caratinga. Olhem os dados da segurança pública, o que este governo tem desviado de recursos. E é por isso que o cidadão aí fora está pedindo socorro. Porque o governador abandonou também a área da segurança pública. Não foi só a área da saúde, deputado Antônio Jorge, também abandonou a área da segurança pública.

Vejam os números. Esses dados não foram produzidos pelo gabinete, não foram produzidos pelo bloco de oposição, foram dados extraídos do Siaf. No Corpo de Bombeiros Militar, em 2014, na rubrica Investimentos, no último ano do governo anterior, houve aporte de R\$5.831.000,00. Já em 2015, também sofremos um déficit no Corpo de Bombeiros.

Mas a rubrica Custeio, em 2014, foi de R\$48.000.000,00. Custeio é o que os bombeiros precisam para consertar uma viatura, um freio, uma embreagem, o pneu da viatura, gasolina. Fizemos uma visita às três unidades dos bombeiros – o 3º BBM, na Avenida Antônio Carlos, o 1º BBM, no alto da Afonso Pena, e o 2º Batalhão de Bombeiros, em Contagem –, não tinham sequer cloro para tratamento das piscinas. Não havia equipamento de proteção individual para os bombeiros, não tinham mosquetão, corda, não tinham dinheiro para a gasolina da motosserra. Como o bombeiro vai cortar uma árvore que caiu em cima de uma casa, de um veículo, que obstruiu a via pública? Não tinham desencarcerador. Este é o governo que disse que ia fazer milagres na segurança pública: “Vou reequipar, vou remunerar, vou contratar 12 mil policiais civis e militares”. A propaganda foi uma maravilha.

Em 2014, o governo anterior destinou, para custeio, R\$48.000.000,00. Em 2015, o governo destinou R\$38.000.000,00, R\$10.000.000,00 a menos no custeio do Corpo de Bombeiros.

E, na rubrica Investimento – eu diria, é quase lastimável o investimento –, o governo anterior destinou precisamente R\$5.831.308,12, deputado Mário Henrique Caixa. Já em 2015, o investimento foi de R\$12.519,52 – uma brincadeira de mau-gosto. De R\$5.831.000,00 de investimento no Corpo de Bombeiros, em 2014, o governo de Pimentel investiu, em 2015, R\$12.519,00. E aí, por que uma viatura demora tanto para chegar? Por que a viatura dos bombeiros demora tanto para socorrer uma vítima? Porque não têm dinheiro. Fernando Pimentel está esfacelando também a área de segurança pública, não é só a saúde.

Passamos para os dados da Polícia Civil. Por que a Polícia Civil tem reclamado tanto? Por que não há viaturas para investigar, para fazer diligências, para buscar provas, para concluir inquéritos? Por que não há computadores novos, equipamentos novos para a perícia? Por que a Polícia Civil não consegue fazer bem o inquérito policial? Porque o governo está acabando com a Polícia Civil de Minas Gerais.

Na rubrica Investimento, em 2014, o governo aplicou R\$32.732.000,00, deputado Duarte Bechir. Quando a sua querida Campo Belo reclamar, V. Exa. saberá o porquê. Já em 2015, o governo investiu R\$5.487.000,00; uma redução, deputado Duarte Bechir, de R\$27.000.000,00 na rubrica Investimento da Polícia Civil. Não há polícia que aguarde isso; é o governo querendo fazer milagre.

Ontem estavam comigo na Comissão de Segurança Pública os deputados Dilzon Melo, João Leite e Antônio Carlos Arantes, e o delegado de São João Nepomuceno – isso está gravado, vou exibir o vídeo depois –, Dr. Adalto, disse que, na cidade de Nepomuceno, que fica a 70km de Juiz de Fora, há um ano e sete meses eles não recebem gasolina para a Polícia Civil. Não foi este deputado que disse isso, mas o delegado-geral de polícia que estava na Comissão de Segurança Pública. Há um ano e sete meses a Delegacia de Polícia Civil de São João Nepomuceno não recebe gasolina, não recebe combustível. Foi essa a promessa? O vídeo que tenho aqui é muito diferente, ele fala que vai reequipar, que vai qualificar, que vai remunerar. É isso que Fernando Pimentel está fazendo com a segurança pública? Pasmem, senhores.

Vou passar agora para os dados da Polícia Militar. Aí, deputado Duarte Bechir, V. Exa., que tem votação até com lideranças comunitárias da área rural, vai perceber por que a sua Campo Belo e as cidades ali do entorno estão gritando e pedindo socorro. Por que aumentou o furto, o roubo de gado e o saque às fazendas produtoras de café? O senhor reclama disso, assim como o deputado Fabiano Tolentino, o deputado Antônio Carlos Arantes, o deputado Dilzon Melo e o deputado Dalmo, que são lideranças no Sul de Minas. Têm apresentado requerimentos um atrás do outro na Comissão de Segurança Pública, porque a zona rural também foi abandonada. Mas por que ela foi abandonada, se as polícias continuavam aí na transição de governo? Porque não tem dinheiro, deputado Bechir.

Os dados da Polícia Militar são muito mais preocupantes. Quando V. Exa. for cobrado na base, vai lembrar-se do que vou dizer agora. Rubrica da Polícia Militar, Investimento: R\$36.370.000,00 foram os investimentos na Polícia Militar. E o que é investimento? Compra de uma viatura nova, de computador, de armamento, de equipamento, construção de quartéis. Isso é investimento. E R\$36.370.000,00 é o que foi aplicado na rubrica Investimento da Polícia Militar em 2014. Mas, em 2015, caiu para R\$20.740.000,00, ou seja, houve uma redução de R\$16.000.000,00 na rubrica Investimento da Polícia Militar. Quer dizer, não compraram as viaturas novas necessárias, não compraram os coletes, o armamento, a algema, o computador e não construíram nem reformaram unidades da Polícia Militar.

Por que, deputado Bechir? Porque está faltando combustível, falta comprar um cabo de embreagem para uma viatura da Polícia Militar poder andar, o cartucho da impressora, o papel A4, o material de limpeza, o material de escritório. Está aqui o porquê, deputado Bechir. Em 2014, último ano do governo anterior, foram disponibilizados para o custeio de toda a Polícia Militar R\$363.000.000,00. Já em 2015, caiu para R\$254.000.000,00, uma pequena diferença de R\$109.000.000,00.

O governo de Fernando Pimentel esbravejou para os quatro cantos do Estado, fez inúmeras promessas para o povo de Minas Gerais, dizendo: “Olhem o jeito que está a segurança pública; vamos melhorar”. Mas ele retirou, deputado Duarte Bechir, R\$109.000.000,00 do custeio da Polícia Militar. A região do senhor é uma região mais rica. É mais rica, não podemos dizer que não é. Conheço 808 municípios, conheço o Estado igual à palma da mão. Mas, se o senhor subir a BR-116 para Araçuaí e Medina, chegar a Águas Vermelhas, virar à direita, passar em Bandeira, Mata Verde, Divisópolis, Joaíma, Jordânia, Salto da Divisa e Santo Antônio do Jacinto, aí o senhor vai ver o que é dificuldade. Se lá no Sul de Minas está faltando, imaginem nesses municípios. Por que falo isso? Porque não é de hoje – e aí também não é um problema deste governo – que as prefeituras ajudam muito com combustível, com material de limpeza e com outras coisas. Então, não é um problema deste governo, mas de todos os outros governos. Mas para quem foi para a televisão dizer que ia fazer mundos e fundos para a segurança pública e está fazendo o contrário... Não é possível que um governador seja tão mentiroso como o governador Fernando Pimentel. Não é possível. Ele retirou R\$109.000.000,00 do custeio. Aí vai faltar dinheiro para a compra do cabo de embreagem, vai faltar dinheiro para a compra do pneu, da gasolina, do material de escritório. Vai faltar. E por que vai faltar?

Vou exibir uma fala do governador, mostrando como ele tratou esse assunto durante sua campanha. Aí vocês vão entender melhor como ele tratou o assunto na sua campanha. Ou seja, como ele mentiu para os mineiros, enganando a população, fazendo inúmeras promessas. Estamos nos deparando com os dados da segurança pública. Até na Secretaria de Defesa Social ele conseguiu reduzir. Ora, um governo que permitiu fazer um trabalho atabalhado e desastroso na Secretaria de Defesa Social, como é que podia falar que estava fazendo segurança, que queria melhorar a segurança? Não dá para entender.



Quando pegamos os números da Defesa Social, não é diferente. Na rubrica investimentos, o governo anterior destinou para a defesa social, em 2014, R\$38.000.000,00 para investimentos. Já em 2015, foram apenas R\$15.000.000,00. Vinte e três milhões a menos. Não há nenhuma área onde isso não ocorreu: ele reduziu investimentos e custeio no Corpo de Bombeiros, na Polícia Militar, na Polícia Civil, na Secretaria de Defesa Social. O custeio então, gente, é quase uma brincadeira de mau gosto.

Vou exibir um vídeo.

Vou pedir ao serviço de som que aumente o som deste microfone para que as pessoas possam ouvir a fala de Pimentel no dia 4/9/2014, em plena campanha. Deputado Wander Borges, gostaria que V. Exa. prestasse atenção neste áudio. (– Aproxima o celular do microfone.)

Sr. Presidente, peço agora que o serviço de som abaixe um pouco o som. V. Exa. pôde perceber, nos 3 minutos deste áudio, as mentiras e a falácia, deputado Wander Borges, pregadas pelo governador durante a campanha. Ele disse aqui que o atual governo, em 2014, jogava a responsabilidade para os municípios e para a União e que era responsabilidade do governo do Estado a segurança pública. Então, chamar o governador Fernando Pimentel de irresponsável desta tribuna não tem absolutamente nada de errado. O governador é irresponsável, deputada Ione Pinheiro, é muito mais que irresponsável. Ele alegava que o déficit era de R\$7.000.000.000,00, mas mandou seu primeiro projeto para esta Casa criando três secretarias e centenas de cargos comissionados. Agora, no projeto mãe da reforma, o Projeto de Lei nº 3.503, ele remete para o decreto a maneira de criar outras três secretarias, deputada Ione Pinheiro.

Está faltando gasolina. Deputado Duarte Bechir, ontem o Dr. Adauto, delegado de polícia, estava na Comissão de Segurança Pública, líder Gustavo Valadares, e disse que na cidade de São João Nepomuceno a viatura da Polícia Civil está sem gasolina há um ano e sete meses. Deputada Ione Pinheiro, esse é o governador que falou que ia valorizar, reequipar, remunerar melhor, contratar 12 mil policiais civis e militares. Deixe de ser mentiroso, governador Fernando Pimentel! Deixe de ser irresponsável! Qual é a prioridade? Não há prioridade. Em 2014 o governador Fernando Pimentel dizia: “Fica fechado em seu gabinete porque estão morrendo muitos policiais”. Ele disse isso, deputado Gustavo Corrêa, no dia 4 de setembro, quando morreu um policial civil. Ele aproveitou as imagens, aproveitou a morte de um policial civil para fazer campanha. É vergonhoso ouvir um delegado de Polícia Civil com 30 anos de serviço, de uma cidade com 30 mil habitantes, dizer: “Na minha delegacia, não temos gasolina há um ano e sete meses”.

Mas vou mostrar onde ele está enfiando o dinheiro. Vou mostrar aqui qual é a prioridade dele para o dinheiro. Deputado Wander Borges, V. Exa. foi prefeito de Sabará. V. Exa. sentava na cadeira de prefeito e falava: “O que é prioritário? Devo priorizar a Secretaria de Cultura, a de Saúde, a de Educação ou a de Segurança? Não é a Secretária de Cultura. É a Secretaria de Saúde, a de Educação e a de Segurança”. Lógico. É a Rede Minas ou é a segurança? É a segurança, lógico. É a saúde. Este governador não governa Minas. É um governador irresponsável, porque retirou recursos, deputada Ione Pinheiro. Imagino o sofrimento da sua querida Ibirité, que não tem dinheiro. Os policiais militares e civis, os bombeiros estão fazendo o impossível, estão fazendo das tripas coração para conseguir combater e prevenir o crime minimamente, porque, se depender deste governador, não terá prioridade.

Ele falou aqui da letalidade policial, deputado Wander Borges. Quando o governador chegou aqui, para fazer campanha, deveria ter consultado o deputado Sargento Rodrigues. Eu acompanho a letalidade dos profissionais de segurança pública desde 2003. Faço aqui um retrospecto dos quatro anos antes deste governador. Em 2011, morreram 10 profissionais de segurança pública em serviço ou em razão da atividade. Em 2012, morreram 9; em 2013, morreram 8; em 2014, morreram 7 profissionais de segurança pública, deputado Gustavo Valadares. Em 2015, morreram 13. Quase dobrou a letalidade dos profissionais de segurança pública. O cidadão que está nos acompanhando, neste momento, e ouviu esse áudio viu o quanto o governador mentiu. É por isso que o cidadão em Belo Horizonte está gritando, clamando por segurança pública, porque o governador a abandonou. Ele abandonou por completo a segurança pública. Estamos no apagão da gestão de Fernando Pimentel. Esse moço, além de ser mentiroso, é irresponsável.

Além de mentiroso, o governador Fernando Pimentel é irresponsável. Falo isso, deputado Wander Borges, porque ele fez promessas, e, após essas promessas que fez, um ano e meio já se passou. Deputada Ione Pinheiro, o que este governador tem feito pela segurança pública do Estado? Nada, ele está destruindo o nosso Estado. Ele o está esfacelando, deputado Gilberto Abramo. Não sei se V. Exa. estava aqui quando eu exibia um vídeo produzido por ele, no dia 4 de setembro. Ele se aproveitou da morte de um policial civil para buscar a cena e falar que a violência, que o crime estava crescendo. Foi em 4/9/2014. Ele começa a ladainha dele dizendo que ia fazer, que ia reequipar, que ia remunerar.

Cidadão que está nos assistindo pela TV Assembleia, o governador Fernando Pimentel tirou dinheiro do investimento e do custeio da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Bombeiro Militar e da Secretaria de Defesa Social. Esse é o governador que não merece respeito, que não merece a nossa confiança. Esse governador disse que tinha recebido o Estado com um déficit de R\$7.000.000.000,00. O primeiro ato dele foi criar três secretarias de governo. Para quê? Apenas para absorver seus companheiros, as suas companheiras, para arrumar empregos para eles. Vamos falar aqui numa linguagem bem coloquial. Ele as criou para arrumar empregos para a companheirada do Partido dos Trabalhadores.

E agora ele manda para esta Casa uma reforma administrativa mentirosa. Aqui, deputada Ione Pinheiro, desafiei todos os líderes da base de governo, a semana inteira, a mostrarem, não para este deputado, mas para o cidadão mineiro, qual o objetivo da reforma, quantos reais ela traria de economia. Até hoje estou esperando. Sabe por quê? Porque a reforma é um engodo. A reforma administrativa do Fernando Pimentel é uma falácia, é uma mentira. Esse governador está destruindo a administração pública de Minas Gerais. O problema não é só relativo à saúde, como a vários encaminhamentos feitos aqui. É na saúde, na segurança, está arrebetando com todo o Estado.

Por que o governador quer criar mais três secretarias por decreto? Novamente para dar emprego para os companheiros do seu partido. Deputado Gustavo Valadares, algo não bate. Como apresenta um déficit na LDO, está aqui o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, da ordem de quase R\$5.000.000.000,00, em 2016, e quer criar mais três secretarias por decreto? Alguns deputados da base de governo não querem que a gente venha aqui denunciar. Alguns deputados querem levar o assunto para o Senado da República. Não querem denunciar, não querem que a oposição denuncie.

O governador, presidente, é mentiroso e irresponsável. Deputada Ione Pinheiro, quando nos colocamos como candidatos, o primeiro compromisso que devemos ter para com o eleitor, para com o cidadão, é o exercício do mandato de forma séria, transparente, honrada e com o único objetivo: servir à coletividade.

Mandato só pode servir para isso. Mandato é para servir para as maracutaias do governador Fernando Pimentel. Não é para utilizar das aeronaves do Gabinete Militar do governador para fazer tráfico de influência, conforme denunciado pela Polícia Federal na Operação Acrônimo.

Em que pese eu tentar colher assinaturas para uma CPI, há muita gente aqui que parece não ouvir. O governador utilizou o hangar do governo, junto com os Srs. Otilio Prado, assessor especial, e Mauro Borges, para receber os diretores e o presidente da Caca. Mais adiante, o Sr. Bené disse, em delação premiada, homologada pelo STJ, que o governador tinha recebido R\$20.000.000,00 de propina. Isso é jeito de governar? Ele já estava no exercício do mandato de governador. Isso sem contar com as falcatruas e com as propinas recebidas como Ministro de Estado.

Portanto, presidente, caminhando para o encerramento das minhas considerações, quero trazer outra denúncia gravíssima. Vamos aportar um requerimento na Comissão de Administração Pública para saber do assunto, deputado Vanderlei Miranda. O diário oficial de hoje, 7 de julho – vejam a irresponsabilidade deste governador – diz na pag. 55: “Editais e Avisos. Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais. O secretário adjunto de Governo, Francisco Eduardo Moreira, ratifica o reconhecimento da situação de Inexigibilidade de Licitação nº 0016/2016”. Dispensou a licitação, conforme os termos do art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no inciso IV, art. 1º da Resolução Segov nº 428, de 5/3/2015, na Nota Jurídica 1.036/2016, de 5/7/2016, objetivando o patrocínio, pelo governo do Estado de Minas Gerais, para o evento do 12º Congresso da União da Juventude Socialista Mineira, a realizar-se na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no período de 9



a 10 de julho agora, este final de semana, pelo Instituto Darwin – Instituto de Apoio a Evolução da Cidadania, no valor global de R\$100.000,00.

Deputado Inácio Franco, o governo está destinando R\$100.000,00 para o 12º Congresso da União da Juventude Socialista do PT aqui, em Belo Horizonte, nos dias 9 e 10. Está bom, é do PCdoB também, do PSTU, do PCO e de outras legendas. Mas o objeto aqui, deputado Durval Ângelo, não é se é do PT ou do PCdoB. O que é vergonhoso, criminoso neste ato, é o governador deixar viatura da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Bombeiro sem combustível e destinar R\$100.000,00 para um congresso. Qual é a prioridade dele? É a segurança pública para você, cidadão? Não. Está aqui: R\$100.000,00, publicado no diário oficial hoje. Será que isso não faz falta para comprar um cabo de embreagem para uma viatura, um pneu, uma merenda escolar ou para dar apoio ao agricultor?

Deputado Inácio Franco, lá na querida Noroeste do Estado, onde V. Exa. tem base eleitoral, isso é vergonhoso. São R\$100.000,00 de patrocínio. Com o dinheiro de quem? Esse dinheiro é do governador Fernando Pimentel? Não. Esse dinheiro sai do bolso do contribuinte, do cidadão que está clamando por segurança pública e não a tem.

O governador, Deputado Inácio Franco, retirou, comparando os anos de 2014 e 2015, R\$109.000.000,00 de custeio da Polícia Militar. Imagine na hora em que, na sua região, a polícia bater a sua porta. De investimento na Polícia Civil, foram R\$32.000.000,00, em 2014. Em 2015, ele destinou R\$5.000.000,00. Não há polícia que aguento isso. Não há policial civil, militar ou bombeiro ou agente do sistema prisional que aguenta trabalhar nessas condições. Vejam a inversão de valores. E não estamos falando que o governador destinou, este ano, R\$100.000.000,00 para a propaganda oficial do governo do Estado, deputado Inácio Franco. O governo é mentiroso. Ele mentiu na campanha, e eu exibi aqui o vídeo. O governo é irresponsável porque trata o dinheiro público como se fossem as propinas que ele andou recebendo, como vemos na Operação Acrônimo. Não foi pouca propina, deputado Inácio Franco. Para ele guardar R\$12.000.000,00 de propinas, precisou alugar uma quitinete em Brasília. Não é à toa que eu tenho feito aqui um trocadilho: Dilma criou o Minha Casa Minha Vida, e Pimentel criou o Minha Quitinete Minha Vida. Ele alugou uma quitinete para guardar R\$12.000.000,00 de propina recebida dos empresários da Caca. Fui eu quem disse isso? Não, deputado Inácio Franco. Foi o Sr. Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o famoso Bené, o testa de ferro de Fernando Pimentel. Não fui eu quem disse isso, mas o Bené, na sua delação premiada homologada pelo ministro Herman Benjamin.

O governador pode, no seu mandato, fazer as suas lambanças, Sr. Presidente. O governador tem data marcada. Ele pode continuar a fazer as suas lambanças no Estado. Ele apenas tem feito lambança. O governador é irresponsável e mentiroso. Ele pode fazer isso. O dia 1º de agosto está chegando. Nesse dia o seu processo será julgado no Pleno do STJ. Tenho certeza, deputado Inácio Franco, de que os ministros do STJ acolherão a denúncia. Digo mais: eles afastarão Fernando Pimentel. Dos cinco inquéritos da Operação Acrônimo, ele está sendo investigado em quatro. Dos quatro, em apenas um foi feita a primeira denúncia. Ainda faltam outros três. Esse é o governador que não tem estatura moral para falar em reforma administrativa.

Fico aqui, encerrando a minha fala, Sr. Presidente, dizendo que os mineiros não merecem um governador do Estado mentiroso, irresponsável e que não tem envergadura moral para conduzir a coisa pública.

O presidente – Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Prorrogação da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 13h59min.

Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a votação destacada das Emendas nºs 19, 21, 23, 35 e 37. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Tadeu Martins Leite) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 47 deputados. Portanto, há quórum para votação. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas e destaques.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas e destaques. Em votação, as emendas com parecer pela aprovação.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nos 3, 9, 24, 40, 42, 58 e 60 a 66. Em votação, as emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Jorge – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Fabiano Tolentino – Sr. Presidente, voto “não”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 9 deputados. Votaram “não” 43 deputados. Estão rejeitadas as Emendas nos 1, 2, 4 a 8, 10 a 18, 20, 22, 25 a 34, 36, 38, 39, 41, 43 a 57 e 59. Em votação, a Emenda nº 19.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Jorge – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauo Calais – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 10 deputados. Votaram “não” 42 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 19. Em votação, a Emenda nº 21.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Jorge – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Wander Borges.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauo Calais – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 11 deputados. Votaram “não” 41 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 21. Em votação, a Emenda nº 23.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Jorge – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauo Calais – João Magalhães – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 11 deputados. Votaram “não” 42 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 23. Em votação, a Emenda nº 35.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Jorge – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Gustavo Corrêa – Ione Pinheiro – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – João Magalhães – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 10 deputados. Votaram “não” 43 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 35. Em votação, a Emenda nº 37.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Jorge – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Inácio Franco – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 12 deputados. Votaram “não” 39 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 37. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.542/2016 com as Emendas nos 3, 9, 24, 40, 42, 58 e 60 a 66. À Comissão de Redação.

3ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada à 2ª Fase, a presidência passa à 3ª Fase de Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nos 779, 1.096, 1.231, 1.267, 1.433, 1.635, 1.853 e 2.177/2015 (À sanção.).

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.191/2015, dos deputados Adalclever Lopes, Agostinho Patrus Filho e Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Belo Horizonte o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. À sanção.

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.223/2015, do deputado Cristiano Silveira, que dispõe sobre a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. À sanção.

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nos 2.227, 2.673, 2.751, 2.856, 2.905 e 3.055/2015 e 3.258 e 3.542/2016 (À sanção.).



Declarações de Voto

O deputado André Quintão – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, originalmente eu estava inscrito para fazer a discussão, mas, em função de um acordo com o objetivo de não protelar a votação da LDO e dos demais projetos, compreendi os apelos e vou tentar, na declaração de voto, levantar alguns pontos referentes à LDO. A primeira questão é que respeito muito e acho fundamental a presença da oposição no Parlamento, mas, muitas vezes, perde-se a oportunidade de fazer a discussão do conteúdo da matéria para a adjetivação pessoal da crítica dirigida a uma ou outra autoridade, a um ou outro partido político. Porém, não vou cair nessa armadilha, porque o mais importante na votação da LDO é o Parlamento de Minas compreender o desafio estrutural ao qual o Estado está submetido. O deputado Sargento Rodrigues mencionou o déficit, que é maior. O deputado mencionou o déficit primário, mas o déficit real, receita e despesa, não é de 4,9 bilhões, é de mais de 8 bilhões. Não vou dizer que esse déficit foi herdado, que esse déficit já existia. Ele já existia, houve um descontrole que levou a ele, mas quem governa tem o papel de apontar soluções, desafios, caminhos, alternativas. Temos uma questão grave, porque o crescimento da receita, em Minas, está praticamente nivelado à inflação. O aumento, o crescimento vegetativo da folha, com os acordos salariais em curso, é maior que a inflação. O Estado tem uma dívida de 100 bilhões. Temos um dispêndio de serviço e uma amortização da dívida que é o dobro da nossa capacidade de investimento, que, hoje, é quase nenhuma. O dispêndio com folha de pessoal do primeiro quadrimestre foi de 47,55%. Já estamos entre o limite prudencial e o limite máximo. É muito fácil apontar um problema aqui, um problema acolá. A economia brasileira, infelizmente, de acordo com a LDO, tem uma projeção de 1% de crescimento para o ano que vem. A economia mineira, colonial ainda, muito refém das *commodities* do minério de ferro e do café, é a que mais sofre, junto com a do Pará, em momentos de crise internacional. Então, não só a Assembleia de Minas, mas acredito que também a Câmara dos Deputados e as outras assembleias vamos ter que enfrentar isso, e não será atacando um partido, muito menos um governador. Temos que entrar no conteúdo da discussão. A questão de pessoal é grave. Estamos já com 47,55 de dispêndio com a folha, só que o salário médio do servidor é baixo. Esse bolo total foi, ao longo dos anos, aprisionado por algumas corporações que, legitimamente, fizeram sua disputa. Agora, como é que colocamos o dedo na ferida? Estamos submetidos a riscos fiscais. Qualquer variação para cima ou para baixo do PIB ou do IPCA pode gerar um buraco de 300 milhões ou de 400 milhões no orçamento para o próximo ano. Então, temos que enfrentar essa discussão com mais responsabilidade. E aí temos que discutir, por exemplo, a renúncia fiscal, que é de R\$6.000.000.000,00, o dobro do que Minas investe. A nossa estrutura tributária. A mineração paga, proporcionalmente, muito pouco imposto, e Minas é um estado minerário. Não adianta fazer crescer receita em cima de segmentos mais frágeis e que já pagam muito, mas há que aumentar a receita do Estado. A gestão. Se não temos como ampliar o pessoal e se temos dificuldade de receita, temos que melhorar a gestão. A proposta dessa reforma vem nesse sentido: não é a economia direta de milhões, mas um melhor aproveitamento da estrutura existente para conseguir melhores resultados. Então, termino dizendo que, mesmo com esse déficit fiscal estrutural, o governador Fernando Pimentel, em 2015, gastou 25% em educação e 12,3% em saúde. E, só para ficar em uma área que acompanho muito, a assistência social, termino com um dado a que dou publicidade aqui: o recurso transferido aos municípios de Minas a título de piso mineiro da assistência social – um recurso que deixa funcionarem o Centro de Referência da Assistência Social e o trabalho com as famílias do Bolsa Família, idosos e pessoas com deficiência – teve uma execução orçamentária, em 2014, de 14%, deputado Inácio Franco, e, em 2015, de 100%. Então, a despeito desse déficit estrutural, pulamos de 14% para 100% de execução orçamentária. Espero que, em momento mais adequado, base e oposição aproveitem a oportunidade para responder a esses desafios estruturais. Nós conseguimos identificar carências em governo do PT, do PSDB e em outros, e a crítica, principalmente quando é adjetivada e em processos não conectados com o debate realizado na Assembleia Legislativa, não constrói, pelo contrário, destrói e não cria um clima propício para que o próprio Parlamento mineiro ajude o governo a enfrentar esses desafios. Muito obrigado.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo – Presidente em exercício, deputado Hely Tarquínio, demais deputados e deputadas presentes, há um ano e oito meses estou indicado como líder do governo na Assembleia Legislativa – oficialmente, há um ano

e seis meses –, e terminamos mais um período legislativo. Ao final dele, gostaria de agradecer aos deputados da base de apoio e da oposição o nível riquíssimo dos debates nesta Casa. Foi um semestre com uma produção legislativa muito grande, com a condução firme da Mesa, tendo à frente pessoas tão distintas e respeitáveis como o deputado Adalclever Lopes, o deputado Hely Tarquínio e o deputado Ulysses Gomes. Isso mostra a condução firme de todos os debates, que foram riquíssimos. Os projetos encaminhados pelo governo Fernando Pimentel foram enriquecidos, e tivemos diálogo para acolher emendas, diferentemente do que ocorria no passado, quando quase tudo era feito por leis delegadas – só o governador Aécio fez mais de 200 delas. Aqui não, aqui a Assembleia Legislativa participa, os servidores públicos estão presentes e participam dos debates, e os projetos são enriquecidos. É uma dinâmica nova, um novo conceito de governança. Mas gostaria aqui de responder algumas questões – e acho até bom que ele fale depois de mim – ao deputado Sargento Rodrigues. Deputado Sargento Rodrigues, tanto no Parlamento quanto na vida pública e na vida pessoal temos de ter um certo equilíbrio e nível nas críticas. Não usei a tribuna, em momento algum, para dizer que há um presidente de um partido da oposição condenado a 20 anos de cadeia, que há um presidente de um partido de oposição preso na Nelson Hungria. E não o faço por não querer o debate, mas porque há um princípio no direito que é o trânsito em julgado. Mesmo esse presidente condenado a 20 anos foi à 1ª instância. Ele tem o direito de recorrer. Na dúvida, vale o velho princípio do direito romano: *in dubio pro reo*. Na dúvida, *pro reo*. Mesmo aquele que está preso na Nelson Hungria e ameaçando delatar tem que ter o nosso respeito e consideração, porque ainda não foi julgado em nenhuma instância. Isso vale até para o senador do PSDB nacional, que completou esta semana 15 delações premiadas, porque a delação não é prova. Há o trânsito em julgado. E o deputado Sargento Rodrigues, parlamentar desta Casa, a quem respeito muito, dirige-se de forma depreciativa ao governador Fernando Pimentel. Isso não o diminui. A resposta foi dada no 1º turno das eleições. O candidato que ele apoiava, o Pimenta da Veiga, perdeu as eleições. Em 2018 teremos outro embate. O governador Fernando Pimentel vai ganhar novamente, porque esse nível de debate não chega até o eleitorado. Quero deixar bem claro que não vou retrucar ao deputado Sargento Rodrigues usando os mesmos argumentos que ele utilizou. Acho que ele se esquece de que existe um princípio na Justiça. Se há uma delação premiada que envolve o governador Fernando Pimentel – e ele vai provar que é inocente –, há também um senador de Minas Gerais que tem 15 delações premiadas. E nem por isso eu usei a tribuna da Assembleia para fazer um ataque. Se ele levanta questões do PT, do Partido dos Trabalhadores, do qual tenho orgulho de fazer parte, eu poderia falar de prisões de deputados da oposição de que ele faz parte. Mas não vou fazer isso. Acho que o nível do debate foi bom, obtivemos um resultado positivo. O próprio deputado Sargento Rodrigues contribuiu com muitas emendas e sugestões. E esta liderança, que não se move, em hipótese alguma, por uma questão de fígado, e, sim, pela racionalidade, fez questão de acolhê-las pessoalmente, por entender que eram importantes. Então, quero deixar bem claro que todas as intervenções do deputado Sargento Rodrigues aqui destoam, porque ele faz prejulgamento. Eu acho que a vida da caserna hoje é mais democrática, não é a da ditadura de 1964. Acho que ele ainda não está bebendo da vida da democracia, que é diferente de antigamente, da época da ditadura militar. Mas, de qualquer maneira, penso que cada um coloca o chapéu que é possível ou calça o sapato que cabe nos seus pés. Não sou eu quem vai fazer julgamento.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. Na verdade, votei apenas as emendas feitas pela oposição. Não votei a LDO, porque entendo que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviado pelo governador Fernando Pimentel, é mentiroso, falacioso. Mas eu gostaria que o líder do Governo, deputado Durval Ângelo, permanecesse em Plenário para me ouvir. O deputado Durval Ângelo acha que eu estou preocupado porque o ex-presidente de um determinado partido foi condenado a 20 anos. Ora, deputado Durval Ângelo, o meu partido é o PDT. Talvez V. Exa. esteja confundindo os partidos. Não tenho amarras com o ex-governador Eduardo Azeredo. Eu não recebi dinheiro de campanha de Eduardo Azeredo em 1998, conforme lista que tenho em meu gabinete. Há deputados da base do governo, que V. Exa. lidera, que receberam R\$63.965,00 das mãos de Eduardo Azeredo naquela campanha. Eduardo Azeredo não é meu amigo político. Pelo contrário: fiz uma greve e enfrentei o governo de Eduardo Azeredo. Se está tentando me atingir com isso, perde seu tempo. Sou do PDT. Se quiser apontar quaisquer atos de corrupção ou de desvio de conduta de integrantes do meu partido, a tribuna é livre. O parlamento é para isso mesmo, é para exercer controle, é para dizer as coisas em bom som, alto e claro. V. Exa. disse que o governador



Fernando Pimentel ganhou facilmente a campanha. Acho que se esqueceu de dizer que R\$11.000.000,00, que não foram aprovados pelo TRE e TSE, são fruto de propina destinada à campanha de Fernando Pimentel. Deputado Durval Ângelo, V. Exa. deveria se lembrar de que este deputado aportou requerimento, que a base do governo não quis aprovar na Comissão de Administração Pública, pedindo cópia da delação premiada. Deputado Durval Ângelo, sabe por quê? Porque cinco deputados estaduais e um federal aparecerão na delação premiada de Bené, pois receberam dinheiro de propina, no mesmo esquema de Fernando Pimentel. Os R\$11.000.000,00 que Pimentel recebeu na campanha passada foram reprovados. Não têm CPF nem CNPJ. Não tenho problemas. Podem vasculhar minhas contas de campanha, até porque o doador de minha campanha, de minhas contas, sou eu mesmo. Faço questão de não ter esse tipo de atrelamento para não ficar em situação delicada no pós-eleição. Não falarei se Eduardo Azeredo foi condenado a 20 anos de cadeia, se o deputado Narcio Rodrigues está preso, porque, se estão presos, se estão condenados, se foram investigados na forma da lei, devem pagar pelo que fizeram, como qualquer outro cidadão. Não é o fato de estarem investidos em mandatos que retirará deles qualquer responsabilidade. Não citarei aqui quantos foram presos, senão perderemos a conta, a começar pelos tesoureiros. Não contarei, não nominarei. Deixo clara minha posição. Enquanto eu usar esta tribuna para falar, cobrarei responsabilidade do governador Fernando Pimentel. Não fui eu que fiz a denúncia, mas a Polícia Federal, o Ministério Público Federal. Não fui eu que fiz a delação, mas o amigo e testa de ferro dele, chamado Benedito Rodrigues de Oliveira Neto. Não tenho a confiança que o Durval Ângelo tem de que o moço sairá ileso. Pelo contrário, pelos termos da delação, o governador não só será denunciado, mas também condenado por aquilo de que é acusado.

O deputado Rogério Correia – Presidente, pedi para fazer declaração de voto. Eu estava votando o relatório das barragens. Agradeço ao conjunto dos deputados e deputadas, pois conseguimos aprová-lo por unanimidade. Esse relatório, muito firme e muito amplo, foi aprovado por unanimidade. Mais uma vez, aqui desta tribuna, foram usadas palavras que extrapolam o que o Regimento nos permite. Daqui da tribuna pode-se falar o que quiser. Alguns exageram, e concordo com o deputado Durval Ângelo. Foram usadas palavras como: “fulano de tal é mentiroso”; “é imoral”; “é criminoso”; “só faz maracutaia”; “não tem estrutura moral”; “recededor de propina”. Há deputado que acha que é melhor que os outros. Pode chegar aqui e usar da imunidade parlamentar e falar o que quer, o que der na cuca dele, resguardado pela imunidade parlamentar. Quando vai ter resposta, ameaça parar a Assembleia, porque não gosta de ouvir resposta. “Vou parar a Assembleia. Paro tudo. Só eu falo daqui de cima.” Não é assim. Tem de ter cuidado com o que se fala também. Isso não é tipo de oposição que se faça. Fiz oposição por 12 anos e nunca vim aqui dizer: “Aécio Neves é ladrão, é um criminoso, só faz maracutaias, imoral, não tem estrutura moral, recebedor de propinas”. Ninguém nunca me ouviu falar assim do senador Aécio Neves ou do Anastasia. Ninguém nunca me ouviu falar porque não falo. Estou dando um exemplo. Agora, toda hora vem um deputado dizer isso aqui. Ele acha que é melhor do que os outros. Também pode andar armado. Não tem Regimento Interno que permita. Acha que é mais do que os outros. Aqui somos todos iguais. O debate deveria prevalecer na igualdade dos argumentos, e não, nessa blasfêmia. Às vezes, sabe o que parece isso? Isso parece assédio, até. Ninguém pode falar alguma coisa sem a ameaça de parar a Assembleia, e as palavras são sempre ofensivas, ameaçando as pessoas. Tem deputado que fica até com medo. Deputada, então, nem se fala. Não é possível um debate desse tipo aqui na Assembleia Legislativa. Isso tem de parar, presidente. É claro que cada um faz o que quiser. Agora, não vou ficar escutando coisas desse tipo, sem nenhum argumento que possa prevalecer como se fosse argumento de conteúdo. Vamos discutir conteúdo das coisas em vez de ficar nessa baixaria. É impressionante como pode chegar e falar isso de uma pessoa, dessa forma. Se isso virar moda, imaginem! Chego aqui, falo e aponto o dedo: “Fulano de tal, ladrão, corrupto, recebedor de propina, e o partido é todo de ladrão e de corrupto”. Imagine se um parlamento pode virar esse tipo de debate. O que vai virar a Assembleia Legislativa? Se todos nós formos agir dessa forma, deputado Paulo Guedes, o que vai virar este Parlamento? Brigas, tapas, é isso que vai virar o Parlamento? Andar armado aqui com revólver? É isso que vai virar o Parlamento? Ora, sinceramente... O deputado André Quintão e o deputado Durval Ângelo se pronunciaram muito bem do ponto de vista do raciocínio, mas também é preciso dizer que não estamos dispostos, porque a pessoa fala grosso, a ter de abanar e escutar a pessoa vir aqui toda hora falar dos outros como se fosse o dono da razão, como se todo mundo não prestasse. Sinceramente, como se ele fosse um santo e todo mundo



não prestasse. Não é verdade. O problema da política no Brasil, se quiser discutir seriamente, vamos discutir. O Brasil tem um problema sério na política: o financiamento de campanha, o financiamento privado. Esse é um problema sério de todos os partidos políticos. Vamos discutir com seriedade o que é o financiamento de campanha no Brasil e modificá-lo, e não, ficar dando uma de arauto da moralidade, mais moral do que os outros. Sinceramente, isso ofende o conjunto dos deputados e dos partidos políticos. Não há nenhum partido político que não esteja sendo investigado por problemas de campanha política. Nenhum. Todos estão, porque havia e há problemas no financiamento de campanha, que abre espaço para a corrupção. Todos os partidos políticos. Talvez, ao dizer todos, eu exagere. Não sei se há isso no Psol, etc., mas nos grandes partidos, com certeza. Sr. Presidente, faço este desabafo em nome de fazermos uma discussão séria no Plenário, em vez de ficarmos vomitando adjetivos como se fôssemos melhores do que os outros, inibindo os deputados de fazerem um debate de conteúdo. Obrigado.

O deputado Paulo Guedes – Sr. Presidente, aproveito também, deputado Rogério Correia, para externar nossa preocupação com os recentes posicionamentos do deputado Sargento Rodrigues na tribuna desta Casa. Deputado Rogério Correia, as suas palavras são muito coerentes, e acho muito importante a sua ideia de realizarmos uma discussão mais abrangente no Plenário, envolvendo, aliás, outros Poderes. Convidaremos o Ministério Público, o Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça para que possamos fazer um debate sobre como eram e como serão as campanhas. Da forma como o deputado Sargento Rodrigues se manifesta, parece que ele é o paladino da verdade, o sujeito que está acima de qualquer suspeita, é melhor que qualquer um e pode vomitar desta tribuna acusações contra quem quiser. Nós sabemos que as coisas não são bem assim. Então, quero também protestar contra essa forma raivosa e esses adjetivos desnecessários usados pelo deputado Sargento Rodrigues contra o nosso partido, contra o nosso governador e contra o nosso governo. Como bem foi dito pelo deputado Rogério Correia, existem, sim, problemas de financiamento de campanha eleitoral em todo o País, porque eram essas as regras que tínhamos. O nosso partido, há muito tempo, foi o primeiro a abrir mão do financiamento empresarial. Portanto, deputado Rogério Correia, topamos fazer essa discussão sem nenhum problema, porque isso não nos pega. Não podemos aceitar que a mídia, que quem quer que seja e muito menos o deputado Sargento Rodrigues venha aqui querer jogar lama em todos, como se apenas ele fosse o real representante da bandeira da ética nesta Casa, o que não é verdade. Portanto, deputado Sargento Rodrigues, gostaria que você fizesse uma reflexão. Da forma como vem usando esta tribuna, você tem atingido este Parlamento com grosserias desnecessárias. Ninguém aqui deve abaixar a cabeça por uma suposta valentia. “Sou mais valente porque sou da polícia, porque eu ando armado, porque eu posso, porque eu não posso.” Isso não tem o mínimo cabimento. Assim, exigimos, deputado Rogério Correia, o mínimo de respeito com o governador que foi eleito, respeito com a decisão do povo mineiro. Isso precisa ser esclarecido. Não se pode pegar qualquer denúncia de jornal, vir a esta tribuna vomitá-la como verdade e querer impor goela abaixo o seu raciocínio desesperado porque está em véspera de eleição, porque quer ser candidato, porque quer ser prefeito de Belo Horizonte. Eu até gostaria de ver o deputado Sargento Rodrigues prefeito. Eu apenas queria ver o que seria. Queria ver como ele agiria diante da Lei de Responsabilidade Fiscal. Queria ver, deputado Rogério Correia, como ele se comportaria. Aqui ele se comporta de forma irresponsável. Se dependesse dele, triplicaríamos o salário de todos os servidores públicos, arrebatando de vez o orçamento do Estado. Ele não pensa em gerenciamento. Ele não pensa e não esclarece que herdamos um estado falido, com R\$100.000.000.000,00 de dívidas e com um déficit anual de mais de oito bilhões de reais. Não é fácil governar nessas condições. Devemos ter responsabilidade. Não podemos deixar essa discussão correr para esse lado, como está acontecendo. Por isso fica registrada, Sr. Presidente, a nossa indignação. Esta Casa deve tomar atitudes, e apenas um deputado não pode pautar a Casa com o seu pensamento grosseiro e desrespeitoso com tantas pessoas, com o Parlamento e com os seus colegas. Muito obrigado.

O presidente – Precisamos, no Poder Legislativo, continuar caminhando juntos. Em que pesem ideias divergentes, a cidadania se impõe, e não podemos tornar o Poder Legislativo esquizofrênico. Desta forma estaremos todos dissociados pelas paixões. Sempre pregamos que a cidadania começa aqui dentro, no trato e no respeito, malgrado as divergências. A lhaneza



no trato é importante. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Alencar da Silveira Jr., para fechar com chave de ouro este semestre.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, assomo a esta tribuna para relatar o que aconteceu ontem em minha cidade, onde me orgulho de ser majoritário nas últimas seis eleições, a qual prezo muito e em que tenho boa convivência com toda a população. Ontem à tarde, quando votávamos aqui, aconteceu um problema muito sério. Não vou-me ater ao que levou a esse acontecimento. Se houve algum problema entre os jovens e a Guarda Municipal, eles teriam as portas abertas aqui na Comissão de Direitos Humanos e também, tenho certeza, na chefia da própria cidade para pedirem providências. Quero deixar bem claro que a população de Itabirito não aceita o que aconteceu ontem, Sr. Presidente. Ontem, baderneiros foram às ruas com a desculpa de fazer uma passeata, um manifesto pelo que aconteceu anteontem com a Guarda Municipal. Em nome da população de Itabirito, digo a toda a população mineira que não aceitaremos o que aconteceu ontem. Pedimos providências à Polícia Militar e à Polícia Civil. Hoje a Polícia Militar já está investigando. Temos de afastar os baderneiros desses movimentos. O movimento foi às ruas e começou ordenado, mas baderneiros, marginais quebraram o comércio e o patrimônio da Prefeitura e assustaram toda a cidade. Queremos deixar registrada nossa indignação em nome da população de Itabirito. Pedimos providências. A Polícia Militar tem de investigar e pôr esses baderneiros atrás das grades. Eles têm de ser punidos. As câmeras de monitoramento da cidade os identificarão, e a polícia investigará. Já solicitei à chefe da Polícia Civil que ajude nessa investigação. Baderneiros têm de ser punidos. Itabirito não pode aceitar isso. A população não aceitará isso, e, como deputados, estamos indignados com esses baderneiros que foram às ruas fazer o que fizeram. Essa meia dúzia de baderneiros será punida. Sr. Presidente, esses baderneiros têm de ser punidos, pois Itabirito tem uma população pacata e que, sem dúvida nenhuma, sabe o que quer e o desenvolvimento que tem. A própria Prefeitura tem feito um trabalho em parceria com a Polícia Militar. Tenho certeza absoluta de que qualquer denúncia que chegar à Prefeitura da cidade será apurada. Se chegar à Câmara Municipal, será apurada também, pois não pode acontecer mais essa quebradeira. A população ficou alarmada com essa falta de segurança e com meia dúzia de marginais que saíram às ruas da cidade. Muitos saíram ordenados para manifestar sua insatisfação, mas os baderneiros têm de ser punidos.

Outra coisa que me traz à tribuna é o horário de verão. Ontem, a comissão votou pela inconstitucionalidade do nosso projeto, mas quero lembrar que ele é constitucional, até porque quem decide qualquer rumo da população mineira é esta Casa. Então, já coletei as assinaturas necessárias para que esta Casa aprove um projeto de lei de minha autoria que determinará um plebiscito na próxima eleição, para que a população mineira decida se é a favor ou contra o horário de verão. Estamos nessa batalha há muito tempo, e já conversamos com o presidente Adalclever Lopes, que viu com bons olhos a nossa proposta. A Bahia acabou com o horário de verão, porque a população da Bahia assim resolveu. Aqui, presidente, nós, como representantes da população mineira, podemos dar a ela esse instrumento para que todos escolham se teremos ou não o horário de verão neste estado. Ele gera economia? Pode gerar. Atrapalha a saúde? Pode atrapalhar. Então, quem tem de decidir sobre o horário de verão, presidente, sem dúvida, é a população mineira, o povo das nossas Minas Gerais. Encerrando, presidente, gostaria de agradecer a todos os funcionários desta Casa. Eu, que tenho assento em todas as reuniões da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – Unale –, como presidente do conselho administrativo, posso falar que temos uma das melhores, senão a melhor assembleia do Brasil, com um corpo de funcionários que dá exemplo para todas as casas legislativas deste país. Para finalizar, não poderia deixar de responder aos companheiros do PT que aqui estiveram. Estou terminando, deputado Rogério Correia, mas os companheiros do PT que aqui estiveram não podem falar de um deputado preso, porque é companheiro de partido. O deputado fulano de tal está preso – é companheiro do PT. Beltrano está preso – é do PT. Sicrano está preso – é do PT. É só isso que eu gostaria de falar, lembrando que nesta Casa temos, no Partido dos Trabalhadores, deputados trabalhadores, que conheço e que são exemplares. Mas não podemos deixar de falar que quem está preso são muitos companheiros. Muito obrigado. Que Deus continue protegendo e dando harmonia ao Plenário desta Casa para que, depois deste recesso, possamos voltar e trabalhar pelos mineiros até o final do ano. Que possamos trabalhar



por uma nova Constituinte, sem a presença de políticos; pela unificação das eleições, por eleições gerais e pelo fim das emendas parlamentares. O Brasil tem de mudar, mas, para isso, tem de mudar a politicagem nesta terra. Obrigado.

O deputado Tadeu Martins Leite – Caro presidente, doutor e professor, deputado Hely Tarquínio, quero utilizar este espaço para, de forma muito breve, comentar três aspectos. O primeiro, relativo à reforma administrativa, que votamos na última semana. Essa reforma, obviamente proposta com a ideia de dar mais agilidade à máquina pública, levantou a discussão de alguns pontos importantes, embora polêmicos, e nela há alguns avanços. Um deles, entre vários outros, é que, discutindo com o governo, conseguimos a alteração do nome da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana, a conhecida Sedru, que, após a votação da reforma administrativa, passará a se chamar Secretaria de Cidades e Integração Regional. É uma modificação importantíssima, principalmente para dar a essa secretaria do governo de Minas vinculação com o governo federal, por meio dos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional. Isso é fundamental, até porque essa secretaria participa e coordena pautas que são exatamente as mesmas desses dois ministérios a que acabo de me referir. Portanto, trago a informação de que, a partir dessa reforma, teremos em Minas Gerais a Secretaria de Cidades e Integração Regional, para continuar coordenando, mas de forma melhor, a política de saneamento do Estado de Minas Gerais, que temos de discutir de forma cada vez mais profissional; a política de habitação do nosso estado; o planejamento urbano das cidades de Minas Gerais, etc. Essa secretaria chega para dar mais força ao Estado e mais vinculação com o governo federal, até para facilitar a captação de recursos nessa pauta. Então, entendo que esse foi um grande avanço que votamos nessa reforma administrativa. Aproveito esta oportunidade para dizer que, por meio de uma emenda nossa a esse projeto, alinhados com o governo de Minas, alinhados com os sindicatos, conseguimos garantir por mais seis anos o curso superior de administração pública da Fundação João Pinheiro. Foi um curso muito discutido internamente nesta Casa. Por meio dessa emenda, conseguimos garantir mais seis anos desse curso, que é respeitado, qualificado, credenciado e forma belos profissionais, que são importantíssimos para Minas Gerais, porque ajudam no dia a dia as cidades do Estado. Garantindo a continuação desse curso, alinhados com o governo de Minas, devemos começar a discutir a interiorização de alguns desses profissionais. Sabemos que, infelizmente, ainda faltam no interior do Estado profissionais qualificados, com formação em administração pública, gestores públicos para ajudar, dar continuidade às políticas públicas. Essa é uma discussão que temos de fazer. Finalizando a minha última pauta, gostaria de dizer – obviamente estamos encerrando este semestre – que no próximo semestre devemos fazer uma discussão fundamental, conforme meu ponto de vista, para o Estado de Minas Gerais. Lembramos que há alguns anos, em governos passados, esta Casa Legislativa autorizou a Copanor, que é subsidiária da Copasa. Até há pouco tempo, eu tinha esperança, mas entendo que a Copanor, infelizmente, não está prestando os serviços que a população merece no Alto Jequitinhonha, no Norte de Minas e no Mucuri. Hoje a Copanor atende pouco mais de 90 cidades e pouco mais de 450 localidades, comunidades daquela região do Estado de Minas. Infelizmente, nos últimos meses, está sendo discutida uma reorganização tarifária para a Copanor. Entendo que isso é inadmissível. Tenho certeza de que o governador Pimentel quer fazer essa discussão. Não entendo que seja o melhor modelo que temos. Devemos, mais uma vez, fazer essa discussão de forma muito responsável nesta Casa. Vale a pena continuar dessa forma, com a qualidade de serviço que a Copanor presta ao Estado, presta àquela região? Talvez seja, não sei, mas devemos discutir, quem sabe, a incorporação da Copanor à Copasa, garantindo, assim, serviços de qualidade para aquela região. Não adianta cobrar pouco ou quase nada e não oferecer serviços de qualidade. Uma grande parte da população daquela região é carente, necessita de serviços de qualidade a um preço baixo. Temos de ter a responsabilidade de fazer essa discussão. Por isso quero deixar este recado. Entendo que esse não é o melhor modelo para Minas Gerais, porque a Copanor vem deixando a desejar, sim. No próximo semestre, teremos de fazer uma discussão extremamente responsável dessa pauta, pensando cada vez mais na melhoria da qualidade de vida, na melhoria do saneamento do Estado de Minas Gerais e, principalmente, da população do Jequitinhonha, que, infelizmente, ainda é a que mais precisa de serviços de qualidade. Presidente, agradeço o espaço a V. Exa. Desejo-lhe e também aos nossos pares da Assembleia de Minas um belo descanso. Obrigado.



Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/7/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27 de julho de 1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.834/2015, do deputado Deiró Marra, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guimarânia o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.431/2016, do deputado Wander Borges.

Requerimentos nºs 4.842 a 4.848/2016, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 255 e 257/2015, do deputado Inácio Franco; e 1.666/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 13/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 13/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Sr. Ricardo Maciel, biólogo, e a Sra. Beatriz Gherard Machado, graduanda de Ciências Biológicas, pela elaboração do *Guia de Aves*, lançado pela Fundação Ezequiel Dias – Funed.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 1.763/2015 e 3.501/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 3.544/2016, do deputado Missionário Marcio Santiago; 3.550/2016, do deputado Cristiano Silveira; 3.567/2016, da deputada Rosângela Reis; e 3.574/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimentos n°s 5.091/2016, do deputado Wander Borges, e 5.161, 5.162, 5.163, 5.165 e 5.166/2016, da Comissão Extraordinária do Idoso.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.051/2015, do deputado Sargento Rodrigues, e 3.462/2016, do deputado Hely Tarquínio.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 5.169/2016, do deputado Wander Borges.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 13/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/7/2016, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o Turno Único dos Projetos de Lei nºs 2.953/2015, do deputado Thiago Cota; 3.184/2016, do deputado Gilberto Abramo; e 3.489/2016, da deputada Rosângela Reis; de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 367/2015 e 528/2015, ambos do deputado Doutor Wilson Batista; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 197/2015 e 207/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 494/2015, do deputado Fred Costa; 1.023/2015, do deputado Fábio Cherem; 2.074/2015, do deputado Felipe Attiê; 2.954/2015, do deputado Léo Portela; 3.017/2015, do deputado Antônio Jorge; 3.022/2015, do deputado Antônio Jorge; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 3.554/2016, do deputado Iran Barbosa, e 3.584/2016, do deputado Fábio Avelar Oliveira; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2016.



Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/7/2016, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação do Hospital Risoleta Tolentino Neves e o encerramento dos atendimentos pediátricos na unidade situada em Belo Horizonte, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2016.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, André Quintão, Cabo Júlio e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/7/2016, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 780/2015, do deputado Cabo Júlio, de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.488/2016, do deputado Thiago Cota, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.313 a 4.315, 4.357 e 4.358/2016, do deputado Cabo Júlio, 5.158 e 5.159/2016, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, e 5.183/2016, do deputado Sargento Rodrigues, de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater supostos atos de perseguição, abuso de poder, assédio moral e improbidade administrativa praticados pelo Sr. Alberto Souto de Almeida, diretor-geral do Presídio Regional de Teófilo Otôni, e pelo Sr. Ademilson Rodrigues Jardim, diretor-geral da Penitenciária de Teófilo Otôni, bem como de solicitar as providências necessárias à apuração desses fatos, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/7/2016, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a iluminação precária e a falta de passeio no trecho do BH Shopping à MG-030.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2016.

Fred Costa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira e João Leite, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 15/7/2016, às 10 horas, em Belo Horizonte, ao gabinete do Sr. Gilmar de Assis, promotor de justiça, com a finalidade de tratar da situação do hospital metropolitano Dr. Célio de Castro.



Sala das Comissões, 12 de julho de 2016.

Marília Campos, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.051/2015

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Contrato, com sede no Município de Itamarandiba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.051/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Contrato, com sede no Município de Itamarandiba.

De acordo com o estatuto, a associação busca, entre outras finalidades, fortalecer as organizações econômicas, sociais e políticas dos produtores rurais; racionalizar as atividades econômicas desenvolvendo formas de cooperação que contribuam para a produção e a comercialização; contribuir para a organização de movimentos de proteção e preservação ambientais.

Para a consecução dos seus objetivos, propõe-se ainda a orientar os produtores rurais sobre técnicas agrícolas de plantio, armazenamento, preparo da terra e confecção de mudas.

Pela relevância dos objetivos a que se propõe, a Associação Comunitária do Contrato faz jus ao título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.051/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2016.

Emidinho Madeira, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.455/2016

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do deputado Fabiano Tolentino, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Círculo Orquidófilo dos Lagos – Acol –, com sede no Município de Alfenas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.455/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Círculo Orquídeas dos Lagos – Acol –, com sede o Município de Alfenas.

De acordo com o estatuto, a associação busca, entre outras finalidades, congrega amadores, cultivadores, estudiosos e preservadores das orquídeas; promover estudos sobre ambiente natural, cultivo, reprodução, pragas e doenças da planta; promover mostras e exposições de orquídeas e plantas ornamentais; incentivar a educação ambiental nas escolas de níveis fundamental e médio, promovendo palestras e cursos com o intuito de despertar o interesse pela flora e pela fauna brasileiras.

Para a consecução dos seus objetivos, propõe-se a preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais, com o manejo correto das espécies e ecossistemas; preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país, fundamentalmente no que diz respeito às orquídeas.

Pelo importante trabalho desenvolvido pela entidade em prol da flora e, em especial das orquídeas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.455/2016 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2016.

Dilzon Melo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.462/2016

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiar de Taboca e Região – Distrito de Ponte Firme, com sede no Município de Presidente Olegário.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.462/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiar de Taboca e Região – Distrito de Ponte Firme, com sede no Município de Presidente Olegário.

De acordo com o estatuto, a associação objetiva a mútua colaboração entre os sócios, visando à prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o desenvolvimento e a eficiência das atividades agropecuárias.

Para a consecução dos seus objetivos, propõe-se, entre outras ações, a negociar a venda de produtos dos associados, promover o transporte, o beneficiamento ou a industrialização da respectiva produção; prestar orientação na compra de implementos, insumos e demais produtos pertinentes à produtividade; desenvolver programas de orientação agropecuária; preservar o meio ambiente; manter serviços de assistência médica, dentária, recreativa e educacional.

Tendo em vista a relevância socioeconômica e ambiental desses objetivos, consideramos meritória a iniciativa de se outorgar à entidade o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.462/2016 na forma apresentada.



Sala das Comissões, 12 de julho de 2016.

Emidinho Madeira, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/7/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Jessica Rosa de Jesus, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

TERMO DE CONTRATO Nº 30/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lixeiras BH Ltda. Objeto: compra de copos descartáveis, conforme especificações. Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura do contrato. Licitação: Pregão Eletrônico nº 019/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 37/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Somitec Sociedade de Montagens e Inst. Técnicas Ltda. Objeto: contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de detecção e alarme de incêndio, circuito fechado de TV – CFTV – e Controle de Acesso – SCA – da contratante. Vigência: 12 meses contados a partir da data de assinatura do contrato. Licitação: Pregão Eletrônico nº 5/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 36/2016

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Ortopan Radiografia Odontológica Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na especialidade de raios-x. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/7/2016, na pág. 55, onde se lê:

“Rita de Cássia Gravina Teixeira”, leia-se:

“Rita de Cássia Gravina Teixeira”.